

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Elder Henrique Attala e Paiva

ACCUSATIVUS CUM INFINITIVO: UMA ABORDAGEM GERATIVA

BELO HORIZONTE

2023

Elder Henrique Attala e Paiva

ACCUSATIVOS CUM INFINITIVO: UMA ABORDAGEM GERATIVA

Versão final

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial à obtenção de
título de Mester em Letras/Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Teixeira
Vital

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria
Gualberto Braga Bianchet

BELO HORIZONTE

2023

P149a Paiva, Elder Henrique Attala e.
Accusativus cum Infinitivo [manuscrito] : uma abordagem gerativa / Elder Henrique Attala e Paiva. – 2022.
1 recurso online (88 f.) : pdf.
Orientador: Lorenzo Teixeira Vitral.
Coorientadora: Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet.
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.
Linha de Pesquisa: Estudos Formais da Língua.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 85-87.
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua latina – Orações – Teses. 2. Língua latina – Sintaxe – Teses. 3. Língua latina – Gramática – Teses. I. Vitral, Lorenzo Teixeira. II. Bianchet, Sandra Maria Gualberto Braga. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD: 475



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

ACCUSATIVUS CUM INFINITIVO: UMA ABORDAGEM GERATIVA

ELDER HENRIQUE ATTALA E PAIVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos Formais de Língua.

Aprovada em 12 de maio de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Lorenzo Teixeira Vitral - Orientador

UFMG

Prof(a). Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet - Coorientadora

UFMG

Prof(a). Janayna Maria da Rocha Carvalho

UFMG

Prof(a). Guilherme Lourenço de Souza

UFMG

Belo Horizonte, 12 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Lorenzo Teixeira Vitral, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Lourenco de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 15/05/2023, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janayna Maria da Rocha Carvalho, Professora do Magistério Superior**, em 16/05/2023, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet, Professora do Magistério Superior**, em 19/05/2023, às 06:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2248382** e o código CRC **2A432996**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em particular à minha mãe, Najla de Castro Attala, e ao meu irmão, Bernardo Attala e Paiva, por me apoiarem, incentivarem e motivarem.

Agradeço aos meus amigos e a meus colegas de curso, pela companhia, amizade e toda a ajuda recebida ao longo do caminho.

Agradeço à UFMG pelo ensino gratuito e de qualidade; à Faculdade de Letras, pela oportunidade de me formar linguista e trilhar tal caminho; aos professores do Poslin, pela dedicação e empenho.

Agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral e Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet, por toda a ajuda e amparo durante o desenvolvimento deste projeto.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa recebida durante meu segundo ano de mestrado.

*omnia non properanti clara
certaque erunt; festinatio
improvida est et caeca.*

(Tito Lívio, *Ab Vrbe condita*, XXII, 39)

RESUMO

A presente dissertação investiga a construção *accusativus cum infinitivo* (AcI), um tipo de oração completiva da língua latina. As AcIs se distinguem das demais completivas oracionais por três pontos principais: a) a ausência de partículas subordinantes; b) a marcação do sujeito com caso acusativo; c) o verbo encaixado na forma infinitiva. Esta construção, em particular o licenciamento de acusativo ao sujeito encaixado, foi alvo de diversos estudos gramaticais e linguísticos. De tal forma, este estudo visa revisitar os estudos linguísticos acerca da construção e averiguar, dentro do quadro teórico gerativo e minimalista, o potencial explicativo das propostas teóricas aventadas na literatura. Ao longo do texto são discutidas, dentre outras, as propostas de Bolkestein (1976a, 1976b, 1979), Pillinger (1980), Cecchetto e Oniga (2002) e Castro (2014). Propõe-se que a proposta de Cecchetto e Oniga (2002) tenha maior validade dentro do programa minimalista, seguindo os trabalhos de Chomsky (2001, 2008, 2013, 2015), Pesetsky e Torrego (2001, 2007, 2011) e Radford (2009, 2012), dentre outros. Observa-se que a proposta de Cecchetto e Oniga (2002) não consegue explicar adequadamente um importante subfenômeno das AcIs: as NcIs. A fim de explicar tal fenômeno, é sugerido que as passivas latinas possam apresentar um traço de “pessoalidade”, [P], que tem como efeito forçar o alçamento de um item nominal à posição de sujeito da oração passiva, crucialmente aplicado a itens que não o argumento interno do verbo passivo.

Palavras-chave: latim; morfossintaxe; *accusativus cum infinitivo*; programa minimalista.

ABSTRACT

This dissertation investigates the *accusativus cum infinitive* (AcI) construction, a type of subordinate clause in the Latin language. The AcIs are distinguishable from other subordinate clauses by three main aspects: a) the absence of subordinating particles; b) the subject's accusative case mark; c) the subordinate verb being in the infinitive form. This construction, in particular the accusative licensing to the subordinate subject, has been object of many grammatical and linguistic studies. Thus, this study aims to revisit these studies and determine, within the generative and minimalist theoretical scope, the explicative potential of the theoretical proposals ventured in the literature. Throughout the text are discussed, among others, proposals by Bolkestein (1976a, 1976b, 1979), Pillinger (1980), Cecchetto e Oniga (2002) and Castro (2014). It is proposed that the Cecchetto e Oniga's (2002) approach is more valid within the minimalist program, following the works of Chomsky (2001, 2008, 2013, 2015), Pesetsky e Torrego (2001, 2007, 2011) and Radford (2009, 2012), among others. It is noted that Cecchetto and Oniga's (2002) proposal is unable to adequately explain an important AcI sub phenomenon: the NcIs. In order to explain said phenomenon, it is suggested that the Latin passives may present a "personality" feature [P], that has the effect of forcing a nominal item's raising to the passive clause's subject position, crucially applied to items other than the passive verb's internal argument.

Keywords: Latin; morphosyntax; *accusativus cum infinitivo*; minimalist program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Diagrama arbóreo de [vP Maria ama João].....	p. 26
Figura 2 -	Diagrama arbóreo de [v' laudavit eum]	p. 29
Figura 3 -	Diagrama arbóreo de [v' laudavit eum] com agree evidenciado.....	p. 30
Figura 4 -	Diagrama arbóreo de [vP cicero laudavit eum].....	p. 31
Figura 5 -	Diagrama arbóreo de [T' laudavit cicero eum].....	p. 32
Figura 6 -	Diagrama arbóreo de [TP cicero laudavit eum].....	p. 32
Figura 7 -	Algoritmo metodológico.....	p. 36
Figura 8 -	Diagrama arbóreo de [S ego volo id marcus it] (SCHOOOF, 2004, p. 40)	p. 46
Figura 9 -	Diagrama arbóreo de [S I said it the egg foo yong was cold] (SCHOOOF, 2004, p. 40)	p. 46
Figura 10 -	Estrutura profunda de [S ego dico ei venerunt] (BOLKESTEIN, 1979, p. 16)	p. 48
Figura 11 -	Estrutura superficial de [S ego dico eos venisse] (BOLKESTEIN, 1979, p. 17)	p. 48
Figura 12 -	Diagrama arbóreo de [TP numitor, inter primum tumultum, hostes inuasisse urbem atque adortos regiam dicitans]	p. 54
Figura 13 -	Diagrama arbóreo de [TP eam pecuniam publicam esse constabat], em momento anterior ao movimento para a posição de sujeito da oração principal	p. 55
Figura 14 -	Tabela de dicotomia CP versus TP em AcIs (CASTRO, 2014, p. 218)	p. 62
Figura 15 -	Diagrama arbóreo de [CP jubeo te exire] (ECM).....	p. 65
Figura 16 -	Diagrama arbóreo de [CP jubeo te exire] (C nulo).....	p. 66
Figura 17 -	Diagrama arbóreo de [CP ludibrio fratris remum transiluisse novos muros]	p. 75
Figura 18 -	Diagrama arbóreo de [CP volgatior fama est ludibrior fratris remum novos transiluisse muros]	p. 77
Figura 19 -	Diagrama arbóreo de [CP te venisse].....	p. 78
Figura 20 -	Diagrama arbóreo de [CP dicitur te venisse].....	p. 79
Figura 21 -	Diagrama arbóreo de [CP diceris te venisse] (intermediário).....	p. 80
Figura 22 -	Diagrama arbóreo de [CP tu diceris venisse].....	p. 80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Flexões do infinitivo amare (RAMOS, 2014, p. 9).....	p. 18
Tabela 2 - Modelo de notação de traços formais.....	p. 28
Tabela 3 - Relação de quantidade de sentenças por versão de busca.....	p. 38
Tabela 4 - Distribuição de passivas por tipo de verbo.....	p. 74

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

1	Primeira pessoa
2	Segunda pessoa
3	Terceira pessoa
abl	Ablativo
acc	Acusativo
dat	Dativo
f	Feminino
fut	Futuro
gen	Genitivo
ind	Indicativo
inf	Infinitivo
m	Masculino
mqp	Mais-que-perfeito
n	Neutro
nom	Nominativo
part	Participio
pass	Passivo
perf	Perfeito
pl	Plural
pres	Presente
pst	Passado (imperfeito)
sg	Singular
subj	Subjuntivo

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.1	OBJETIVOS.....	14
1.2	A ORAÇÃO AcI.....	15
1.2.1	OS ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO AcI.....	16
1.2.1.1	O CASO ACUSATIVO NO LATIM CLÁSSICO.....	16
1.2.1.2	O INFINITIVO LATINO.....	17
1.2.2	A CONSTRUÇÃO AcI.....	19
1.2.2.1	CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA.....	20
1.2.2.2	EXPRESSÕES DE ASPECTO E TEMPO NO INFINITIVO DE CONSTRUÇÕES AcI	21
1.2.2.3	GRUPOS DE VERBOS QUE ACEITAM A CONSTRUÇÃO AcI.....	23
1.3	APORTE TEÓRICO.....	25
1.3.1	TEORIA DE FASES.....	25
1.3.2	TEORIA DE CASO.....	27
2.	METODOLOGIA.....	34
2.1	DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	34
2.2	O PROCESSO.....	35
3.	ANÁLISES.....	40
3.1	PROPOSTAS TEÓRICAS.....	40
3.1.1	PROPOSTAS NÃO MINIMALISTAS.....	40
3.1.1.1	A PROPOSTA TRADICIONAL OU HIPÓTESE DE EXPANSÃO (<i>EXPANSION HYPOTHESIS</i>)	40
3.1.1.2	PROPOSTAS TRANSFORMACIONAIS.....	45
3.1.1.2.1	LAKOFF (1968, <i>APUD</i> SCHOOF, 2004) E A GRAMÁTICA TRANSFORMACIONAL	45
3.1.1.2.2	<i>RAISING-TO-OBJECT</i>	47
3.1.2	PROPOSTAS MINIMALISTAS.....	52
3.1.2.1	MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO.....	53
3.1.2.2	CASO <i>DEFAULT</i>	56
3.1.2.3	COMPLEMENTIZADOR NULO.....	57
3.1.2.3.1	CECCHETTO E ONIGA (2002).....	58
3.1.2.3.2	CASTRO (2014).....	60
3.1.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	62
3.2	O STATUS CATEGORIAL DA AcI.....	63
3.3	VALORES SEMÂNTICOS ASSOCIADOS À AcI.....	68
3.4	PROPOSTAS DE ANÁLISE.....	69
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação, intitulada “*Accusativus cum Infinitivo: Uma Abordagem Gerativa*”, se apresenta como uma análise de propostas teóricas acerca de uma oração completiva particular do latim clássico, com base no quadro teórico do Teoria Minimalista da Gramática Gerativa; particularmente, o modelo de fases (CHOMSKY, 2001) Como se sabe, a construção *accusativus cum infinitivo* (AcI) do latim foi, historicamente, no campo da linguística, alvo de uma série de estudos ao longo dos séculos. Esse tipo de oração subordinada, exemplificada em (1), a seguir, se distingue das demais orações subordinadas da língua latina com base em três fatores principais: a) não há uma partícula subordinante, como *ut*, *quod* ou *ne*, que introduz essas orações; b) o verbo principal da oração encaixada se encontra em sua forma infinitiva; c) o sujeito da oração encaixada, quando expresso, se dá na forma acusativa, não na nominativa.

- 1) *Postumi-um comini-um bell-um gess-isse cum*
 postúmio comínio(M)-ACC.SG guerra(F)-ACC.SG realizar[IND]-PERF.INF com
- uolsc-is *memori-a* *cess-isse-t*
 volsci-ABL.PL memória(F)-NOM.SG sair-MQP.SUBJ-3.SG
- Sairia da memória que postúmio comínio realizou guerra com os volsci
 (Tito Lívio, *Ab Vrbe condita*, II, 33)

Como é possível observar em (1), o sujeito da oração encaixada acima, *Postumium Cominium*, está em sua forma acusativa. Além disso, *gessisse*, o verbo da oração, é a forma infinitiva perfeita do verbo *gero*. Finalmente, não há a presença de qualquer partícula subordinante. Esse conjunto de fatores coloca as orações AcI em uma posição distinta em relação às demais orações subordinadas da língua, já que é esperado de orações completivas que: a) apresentem uma partícula subordinante, como *ut*, *quod* ou *ne*; b) o verbo se encontre conjugado em alguma forma finita; c) o sujeito seja marcado pelo caso nominativo.

Tendo em vista que as construções AcI se diferem tanto das demais sentenças subordinadas latinas, é natural que seu estudo tenha sido de interesse de filólogos e linguistas ao longo do tempo. Neste trabalho, comentaremos os seguintes trabalhos da linguística contemporânea que trazem, a nosso ver, propostas de análise para o fenômeno que merecem discussão: Pillinger (1980); Comrie (1981); Castro (2014); Bolkestein (1976a, 1976b); Cecchetto e Oniga (2002); e Bolkestein (1979). No terceiro capítulo desta dissertação, agrupamos os autores de acordo com o arcabouço teórico a que suas propostas teóricas se

relacionam, tendo em vista que nem todos se encontram dentro do mesmo quadro teórico da linguística.

Muito embora a construção AcI seja amplamente discutida na literatura e reconhecida, evidentemente, em gramáticas latinas (cf. Bassols de Climent, 1956a, 1956b; Pinkster, 2021), ainda há certo desacordo acerca de como entender o fenômeno. As diferentes propostas aventadas por linguistas ao longo das décadas permanecem, embora nem todas, em competição. Assim, esta dissertação se insere na tradição acerca da oração *accusativus cum infinitivo* como um esforço de reconhecer as principais propostas feitas acerca do fenômeno em mãos, a fim de analisar e avaliar as diferentes hipóteses, justificando o abandono de algumas em favor de outra(s). Em essência, busca-se responder à seguinte questão: qual é a melhor forma de analisar este fenômeno, tendo como quadro teórico o Programa Minimalista no seu modelo de fases?

Entende-se que a tentativa de se responder à pergunta proposta agrega valor ao trabalho na medida em que busca uma abordagem explicativa do fenômeno sob a ótica da linguística formal contemporânea. Assume-se, além disso, que a análise aprofundada das propostas teóricas já aventadas sobre o fenômeno pode contribuir no desenvolvimento da área de estudos de latim clássico, além de ampliar a interação entre esta área e os estudos linguísticos formais, principalmente os estudos gerativistas. Acrescenta-se, ainda, que o estudo de fenômenos “anômalos”, como parece ser o caso das construções latinas que exibem sujeito acusativo em formas infinitivas, auxilia na testagem e no desenvolvimento do programa de estudos gerativista, ou seja, avaliamos que o estudo desse fenômeno tem potencial de ajudar o desenvolvimento teórico da própria área da sintaxe gerativa.

1.2 OBJETIVOS

Este estudo, conforme observado na seção anterior, busca avaliar diferentes propostas teóricas feitas em relação à construção de interesse ao longo dos anos dentro da literatura sobre a linguística latina. A fim de realizar aquilo a que se propõe esta dissertação, foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a oração AcI e seus componentes, o que inclui o tipo de sintagma da oração AcI, bem como as principais tentativas de análise propostas na literatura;

- b) Buscar, por meio de modelos teóricos recentes, gestados no quadro gerativista, explicar as propriedades da construção AcI;
- c) Comparar as propostas teóricas já aventadas sobre o fenômeno de interesse;
- d) Propor um modelo de atribuição de Caso acusativo ao sujeito da oração encaixada, ou corroborar um dos modelos já existentes.

Entende-se que os pontos de (a) a (d) acima compõem o objetivo geral de determinar a melhor forma de se analisar o fenômeno em mãos. Os esforços a serem efetuados nesta pesquisa são guiados por um conjunto de hipóteses de trabalho, determinado abaixo:

- a) A oração AcI é um sintagma do tipo CP, assumindo um modelo de derivação por fases (CHOMSKY, 2001);
- b) A atribuição de Caso acusativo ao sujeito da oração encaixada ocorre internamente à oração encaixada, seguindo Cecchetto e Oniga (2002);
- c) A proposta de atribuição de Caso acusativo ao sujeito da oração encaixada de complementizador nulo, de Cecchetto e Oniga (2002) é mais viável, teoricamente, do que as propostas de atribuição por ECM e *default*, mencionada em Cecchetto e Oniga (2002) e Castro (2014);
- d) A atribuição de Caso acusativo ao sujeito da oração encaixada e a ocorrência da oração AcI são livres de restrições semânticas.

A dissertação é organizada em quatro capítulos, sendo estes: considerações iniciais, metodologia, análises e considerações finais. Na parte dedicada à metodologia, será explicado o processo utilizado para a coleta de exemplos de construções AcI. As análises se dividirão em resumos de propostas de outros autores e as críticas que podem ser feitas, com base nas teorias selecionadas para este trabalho. Por fim, no último capítulo, são apresentadas as considerações finais desta dissertação.

1.2 A ORAÇÃO AcI

É importante, neste momento, apresentar com mais detalhes a construção AcI, fenômeno central desta dissertação. As descrições abaixo são suficientes para determinar o

tipo de oração subordinada que está sendo estudada. Como o foco das análises que serão apresentadas no capítulo 3 é a atribuição imprevista de acusativo ao sujeito da encaixada e a classificação do sintagma correspondente às AcIs, algumas características da oração não são centrais para os tópicos abordados. Uma análise gramatical descritiva mais completa é feita por Filho (2003) e Castro (2014), além das gramáticas citadas abaixo, textos que foram usados de base para a escrita desta seção.

1.2.1 OS ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO AcI

Antes de apresentarmos a oração AcI, pretendemos apresentar certos aspectos importantes de seus dois componentes centrais: o Caso acusativo latino e o infinitivo, também do latim. Para atingir tal objetivo, serão usados conceitos do gramático latino Bassols de Climent (1956a), bem como de alguns outros autores, quando necessário.

1.2.1.1 O CASO ACUSATIVO NO LATIM CLÁSSICO

Bassols de Climent (1956a, p. 43) afirma que o acusativo latino “tem por missão fundamental introduzir o complemento direto dos verbos, ou seja, o conceito afetado de forma mais direta pela ação verbal”¹ (tradução própria). Além disso, o autor também destaca que este caso marca certos itens circunstanciais e pode até mesmo ser usado sem acompanhar outros termos, de forma autônoma (em uso *exclamativo* e/ou *elíptico*). Para questões referentes à construção AcI, o uso mais relevante do acusativo é o de marcar os complementos verbais; veremos o motivo para tal adiante.

Para fins deste trabalho é suficiente entender que este caso marca o complemento de verbos transitivos no latim, embora saibamos que há uma gama de outras funções desempenhadas pelo acusativo, especialmente no período “decadente” do latim². Os exemplos abaixo ilustram a marcação do complemento verbal pelo acusativo:

2) <i>discipul-us</i> aluno[M]-NOM.SG 'O aluno lê o livro.'	<i>libr-um</i> livro[M]-ACC.SG	<i>leg-it</i> ler.PRES.IND-3SG
3) <i>fabul-a</i> fábula[F]-NOM.SG 'A fábula deleita o jovem.'	<i>puer-um</i> jovem[M]-ACC.SG	<i>delecta-t</i> deleitar[PRES.IND]-3SG

¹ “El acusativo tiene por misión fundamental introducir el complemento directo de los verbos, o sea, el concepto afectado en forma más directa por la acción verbal” (Bassols de Climent, 1956a, p. 43).

² Cf. Bassols de Climent, 1956a, p. 43

Os exemplos apresentados demonstram o uso do acusativo na língua latina como indicador morfossintático de objeto direto. Em (2) e (3), o objeto dos verbos apresenta terminação acusativa, mesmo que os objetos tenham qualidades semânticas distintas, de tema e de experienciador, respectivamente. Dessa forma, entende-se que o acusativo é um caso tipicamente estrutural da língua latina, considerando-se exceções a esta regra os usos excepcionais do acusativo, que não são abordados neste texto.

1.2.1.2 O INFINITIVO LATINO

Apontar-se-á mais propriedades do infinitivo em relação às propriedades apresentadas do acusativo. A razão para tal é a complexidade da categoria. Bassols de Climent (1956a, p. 347-348) define o infinitivo como substantivos verbais fossilizados (especificamente partindo dos casos locativo e dativo), que foram incorporados no paradigma verbal, apresentando características nominais e verbais. Como característica nominal, o autor destaca a propriedade de desempenhar as funções de “sujeito, predicado, aposição, complemento direto e circunstancial”³, e adicionamos a propriedade do infinitivo de expressar caso, quando substantivados. Filho (2003, p. 15) ilustra, com o exemplo abaixo, que o infinitivo presente, quando em função de substantivo, é considerado como marcado no nominativo neutro singular, como é possível ver pela concordância do adjetivo predicativo *humanum*, que concorda com o sujeito *errare*, um infinitivo.

4)	<i>Errare</i>	<i>human-um</i>	<i>est</i>
	Errar[INF.PRES.NOM.SG]	humano[N]-NOM.SG	ser[PRS.IND-3SG]
	‘Errar é humano.’		

Já as propriedades verbais do infinitivo são enumeradas por Bassols de Climent (1956a) como sendo “reger os mesmos complementos que este (o verbo), ter sujeito não expresso nem próprio, mas sim inferido da oração de que dependem e, finalmente, distinguir entre as vozes ativa e passiva”⁴. Vale ressaltar o fato de que os infinitivos latinos podem se flexionar no que concerne a tempo e voz. Morfologicamente, isso é perceptível no Quadro 1 abaixo, indicando as flexões do infinitivo do verbo *amo*.

³ “Tienen, en efecto, de común con el nombre la capacidad de desempeñar los oficios de sujeto, predicado, aposición, complemento directo e circunstancial” (Bassols de Climent, 1956a, p. 347-348).

⁴ “Pero al mismo tiempo pueden, como el verbo, regir los mismos complementos que éste, tener sujeto ni expreso ni propio, pero si inferido de la oración de que dependen, y, finalmente, distinguir entre la voz mactiva y pasiva” (Bassols de Climent, 1956a, p. 348).

Tabela 1 – Flexões do infinitivo *amare*

	Voz ativa	Voz passiva
Presente	<i>amare</i>	<i>amari</i>
Passado	<i>amavisse</i>	<i>amat-um (-am, -um; -os, -as, -a) esse</i>
Futuro	<i>amatur-um (-am, -um; -os, -as, -a) esse</i>	<i>amatum iri</i>

Fonte: Adaptação de Ramos (2014, p. 9)

Tendo observado que o infinitivo pode, como determina o autor, expressar voz e tempo, é preciso entender qual o significado da marcação de tempo no infinitivo latino. Tradicionalmente, existe uma oposição entre as formas verbais que marcam tempo, as formas finitas, e as formas que não marcam tempo, as formas infinitas, sendo que essas últimas descrevem ações não ancoradas no referencial temporal do tempo da enunciação. Como é possível, então, que o infinitivo expresse tempo?

Bassols de Climent (1956a, p. 349) indica que é o infinitivo em uso indireto, como oração subordinada, com sujeito próprio, que pode distinguir entre a simultaneidade (infinitivo presente), a anterioridade (infinitivo passado) e a posterioridade (infinitivo futuro). Filho (2003, p. 16) ressalta que a expressão de tempo dessa forma verbal é sempre em relação à oração matriz, indicando que a ação do infinitivo é concorrente, anterior ou posterior à ação descrita pelo verbo principal.

Neste ponto, observamos uma discrepância entre as afirmações de Bassols de Climent (1956a, p. 348 e p. 349). O autor ora indica que o infinitivo não pode apresentar sujeito próprio, ora que pode. A solução da aparente contradição é admitir que o infinitivo latino pode apresentar sujeito, tipicamente marcado por acusativo, em situação de subordinação, mas em outras situações, não apresenta sujeito.

Filho (2003) levanta ainda uma interessante discussão sobre o valor do infinitivo latino ser [+N, -V] ou [-N, +V], que são traços ou propriedades categoriais discutidas em Chomsky (1965)). Para as análises que serão propostas nesta dissertação, assumiremos o infinitivo em situação de AcI (ou seja, atuando como verbo de uma oração encaixada, acompanhado de argumentos por ele selecionados) como uma categoria verbal. A possibilidade de marcação do traço temporal, além da seleção argumental, apontam que os infinitivos devam ser tratados como verbos. A classificação categorial desses itens em contextos de infinitivo presente despojado (*bare infinitive* (CHOMSKY, 2001)), sozinhos ou como complementos de outros verbos finitos, supera o escopo da discussão que concerne o fenômeno em mãos.

1.2.2 A CONSTRUÇÃO AcI

A construção *Accusativus cum infinitivo* (AcI) é uma oração completiva da língua latina que ocorre com certos grupos verbais. Esse tipo de oração se diferencia das demais por apresentar um verbo no infinitivo, com seu sujeito expresso e marcado pelo caso acusativo. Essa opção de marcação é inusitada, uma vez que o caso latino associado ao sujeito é o caso nominativo, enquanto o acusativo é reservado, mais tipicamente, para o objeto direto (cf. Cecchetto e Oniga, 2002, p. 19). Exemplos adicionais de orações AcI estão enumerados abaixo:

- | | | | | |
|----|--|----------------------|---------------------------|---|
| 5) | <i>dicu-nt</i>
DIZER[PRES]-3PL
Dizem para eu vir | <i>me</i>
1SG.ACC | <i>ven-ire</i>
VIR-INF | |
| 6) | <i>te</i>
2SG.ACC | <i>me</i>
1SG.ACC | <i>am-are</i>
AMAR-INF | <i>desider-o</i>
DESEJAR[PRES.IND]-1SG |
- Desejo que tu me ames.

(Cecchetto e Oniga, 2002, p. 19)

Nos exemplos acima, os verbos *dicunt* e *desidero* recebem, como complemento, as orações infinitivas *me venire* e *te me amare*, respectivamente. Observamos que os sujeitos destas orações (*me* e *te*, respectivamente) estão marcados com o caso acusativo. São então orações como estas o objeto de estudo deste trabalho.

Por outro lado, a seguir Bolkestein (1976b, p. 288-290), é preciso distinguir ainda entre AcIs e pseudo-AcIs. A distinção dessas sentenças se dá pela estrutura gramatical empregada. A autora observa que há frases que se parecem com AcIs, mas que não podem se encaixar nessa categoria. O motivo para tal está na função do item em acusativo em relação ao verbo principal e/ou ao verbo infinitivo. Os exemplos abaixo ilustram essa distinção.

- | | | | |
|----|---|--------------------------|-------------------------------|
| 7) | <i>dicu-nt</i>
DIZER[PRES]-3SG
Dizem-me para vir. | [<i>me</i>]
1SG.ACC | [<i>ven-ire</i>]
VIR-INF |
| 8) | <i>hortan-tur</i>
EXORTAR[PRES]-3SG
Exortam-me a vir. | [<i>me</i>]
1SG.ACC | [<i>ven-ire</i>]
VIR-INF |

(BOLKESTEIN, 1976b, p. 288-290)

Nos exemplos (7) e (8) acima, temos duas orações muito similares. A diferença entre os exemplos está nos verbos principais, *dicunt* e *hortantur*. *Dicunt*, neste exemplo, é um verbo biargumental, aceitando um sujeito e um complemento. *Hortantur*, por sua vez, é um verbo

triargumental, aceitando um sujeito e dois complementos. O verbo em (7) recebe, como seu complemento, uma oração AcI, em que *me* é sujeito do verbo infinitivo e toda a oração atua como apenas um complemento. Em (8), há outra situação: tanto *me* quanto *venire* são, separadamente, complementos do verbo principal, não constituindo uma oração e não atribuindo a *me*, em (8), a função de sujeito do verbo infinitivo. Essa é uma distinção importante, pois em orações pseudo-AcIs o responsável pela atribuição de acusativo ao aparente sujeito do infinitivo é o verbo principal, já em orações AcI essa proposta está aberta a discussão. O fator que distingue orações AcI de pseudo-AcIs, então, é a configuração argumental do verbo, que pode, enganosamente, fazer com que dois argumentos do verbo aparentem ser uma única oração subordinada do tipo AcI, sem ser este o caso.

As próximas seções deste capítulo se dedicam a explorar certos aspectos desta construção, como: as funções que a construção pode exercer em uma sentença, os grupos verbais que aceitam a oração AcI como complemento, as expressões de tempo e aspecto que essas orações podem apresentar e, por fim, as propostas de análise mais relevantes para o fenômeno.

1.2.2.1 CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA

De acordo com Faria (1985, p. 364, *apud* Castro, 2014, p. 35), a oração subordinada AcI pode funcionar, além de objeto de uma oração principal, também como sujeito oracional. Como sujeito, a oração AcI pode participar, também, de estruturas do tipo *sum* + adjetivo predicativo neutro singular ou com verbos impessoais. Os exemplos abaixo ilustram a estrutura em posição de sujeito e complemento, respectivamente.

9) [*te* *me* *amare*] *bon-um* *est*
 2SG.ACC 1SG.ACC AMAR-INF BOM(N)-ACC.SG SER[PRES].1SG
 Tu me amar é bom.

10) [*te* *intr-are*] *lice-t*
 2SG.ACC ENTRAR-INF SER PERMITIDO[PRES]-3SG
 É permitido que tu entres.

(Castro, 2014, p. 35)

Observa-se que o exemplo (10) permite uma interpretação em que o sujeito do verbo não seja a construção AcI verdadeiramente, mas sim um sujeito nulo, como na tradução em português, de forma análoga ao sujeito expletivo *it* de sentenças do inglês como *it is allowed to enter* (é permitido entrar); como há um certo consenso entre os latinistas em julgar exemplos como (10) como uma situação de AcI como sujeito, manteremos tal nomenclatura

neste estudo, embora uma investigação sobre esse tipo de uso possa ser interessante para o desenvolvimento do problema. Adicionalmente, Filho (2003) indica que as AcIs podem ser encontradas também em função de predicativo do sujeito, no caso nominativo neutro.

As orações AcI podem também ocorrer como argumentos em construções passivas. Na função de sujeito da passiva, são observadas duas configurações: passiva pessoal e impessoal. A passiva pessoal corresponde ao fenômeno *nominativus cum infinitivo* (NcI). Os exemplos abaixo ilustram ambas as possibilidades de ocorrência de AcI como sujeito da passiva.

11)

a.	<i>dici-t</i> dizer[PRES.IND]-3SG Ele diz que você sai	<i>te</i> 2SG.ACC	<i>ab-ire</i> sair[PRES.IND]-INF
b.	<i>tu</i> 2SG.NOM Você é dito sair	<i>ab-ire</i> sair[PRES.IND]-INF	<i>dic-eris</i> dizer[PRES.IND]-PASS
c.	<i>te</i> 2SG.ACC É dito que você sai.	<i>ab-ire</i> sair[PRES.IND]-INF	<i>dic-itur</i> dizer[PRES.IND]-PASS

(SCHOOF, 2004, p. 32)

Como demonstram os exemplos acima, passivas com AcI sujeito se formam de duas formas. Em sua forma pessoal, como em (11b), o sujeito da oração encaixada é marcado em nominativo, atuando como sujeito da oração passiva principal. Em forma impessoal, como em (11c), todo o complemento oracional infinitivo atua como sujeito, mas o sujeito acusativo não é marcado com nominativo. Este é um comportamento central para as propostas de análise da construção AcI – dentro da literatura utilizada como base para este texto, o problema das NcIs é observado desde propostas como a de alçamento a objeto de Pepicello (1977, *apud* BOLKESTEIN, 1979). O alçamento do sujeito encaixado à posição de sujeito da oração passiva principal levanta questões sobre a natureza do caso acusativo do sujeito e da concordância deste com o verbo principal quando em configuração NcI.

1.2.2.2 EXPRESSÕES DE ASPECTO E TEMPO NO INFINITIVO DE CONSTRUÇÕES AcI

Como observado na seção 1.2.1.2 deste trabalho, o infinitivo latino pode se flexionar em três tempos, presente, passado e futuro, com uma forma ativa e uma passiva para cada um destes. Em construções AcI, o infinitivo pode variar tanto em tempo quanto em voz em

relação ao verbo matriz, como demonstrado pelos exemplos em (12), propostos em paralelo com os exemplos de Cecchetto e Oniga (2002, p. 7). Observe que (12a) apresenta o infinitivo concomitante à ação, e na mesma voz, enquanto (12b) apresenta o infinitivo passado, anterior ao tempo da oração matriz, e (12c) apresenta o infinitivo futuro passivo, posterior ao tempo da oração matriz.

- 12)
- | | | | | |
|----|--|-------------------------|---|-------------------------|
| a. | <i>dicu-nt</i>
dizer[PRES]-3SG
Dizem que ele elogia ela. | <i>eum</i>
3SG.M.ACC | <i>laud-are</i>
elogiar[PRES]-INF | <i>eam</i>
3SG.F.ACC |
| b. | <i>dicu-nt</i>
dizer[PRES]-3SG
Dizem que ele elogiou ela. | <i>eum</i>
3SG.M.ACC | <i>lauda-visse</i>
elogiar-INF.PST | <i>eam</i>
3SG.F.ACC |
| c. | <i>dicu-nt</i>
dizer[PRES]-3SG
<i>ab eo</i>
por 3SG.M.ABL
Dizem que ela será elogiada por ele. | <i>eam</i>
3SG.F.ACC | <i>laudat-um</i>
elogiar[SPN]-ACC.SG | <i>iri</i>
ser[FUT] |

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 7)

Filho (2003, p. 17) comenta que os infinitivos parecem apresentar “autonomia têmica” em relação aos verbos da oração principal. Essa observação vem da aparente não observância da *consecutio temporum* por parte do infinitivo. A *consecutio temporum* é uma propriedade de orações subordinadas do latim, principalmente as subordinadas de subjuntivo, que determina que o tempo expresso pelo verbo encaixado não carrega seu valor real, mas sim um valor de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade em relação à ação principal. Bassols de Climent (1956b, p. 154) define o conceito como uma “regularidade na sequência de tempos”⁵, de forma que cada tempo do subjuntivo, em contexto de subordinação, é usado para expressar uma relação temporal específica com o verbo principal. Os verbos infinitivos, entretanto, aparentam expressar, em suas flexões de tempo, um tempo próprio, independente da oração principal. O autor exemplifica essa propriedade com a sentença abaixo:

- 13) *cred-o*
crer-[PRES]-1SG
‘Creio que ela virá.’
- | | | |
|-------------------------|--|------------------------------|
| <i>eam</i>
3SG.F.ACC | <i>ventur-am</i>
vir[PART.FUT]-ACC.SG | <i>esse</i>
ser[INF.PRES] |
|-------------------------|--|------------------------------|

(BASSOLS DE CLIMENT, 1956b, p. 154)

⁵ “Las oraciones subordinadas en subjuntivo ofrecen una mayor regularidad en la secuencia de los tiempos que las de indicativo” (Bassols de Climent, 1956b, p. 154).

No exemplo acima, é utilizado o infinitivo futuro ativo *venturam esse*, com o sujeito acusativo *eam*, como complemento de *credo*. Esse infinitivo traz, como se observa, a noção de futuro, expressa pelo seu morfema de tempo. Assume-se que, por mais que o infinitivo possa apresentar tempo e voz discordantes daqueles apresentados pelo verbo principal, quando em contexto de AcI, o tempo do infinitivo é associado ao do verbo principal, indicando anterioridade, simultaneidade ou posterioridade, como observado na seção 1.2.1.2 deste trabalho.

1.2.2.3 GRUPOS DE VERBOS QUE ACEITAM A CONSTRUÇÃO AcI

Diferentes autores apontam grupos distintos de verbos que aceitam a construção AcI como argumento. De acordo com Castro (2014), o conjunto dos verbos que aceita a construção aparenta ser consenso entre os autores; apenas o agrupamento desses verbos em classes distintas parecem diferir. Um dos grupos mais característicos associados a esta construção são os verbos de dizer, os *verba dicendi*, foco do artigo de Bolkestein (1976a). Além desse grupo, Castro (2014) aponta também os verbos de saber e de percepção (*verba sciendi et sentiendi*), verbos de vontade e jussivos (*verba voluntatis et jubendi*). Além desses grupos, alguns outros verbos ou expressões verbais impessoais, sempre na terceira pessoa do singular, aceitam a estrutura AcI.

Castro (2014) indica, especificamente, uma lista de verbos que aceitam a complementação AcI. Trata-se dos seguintes verbos:

- *dicendi*: *aito* (dizer), *declaro* (declarar), *dico* (dizer), *fateor* (confessar), *confiteor* (confessar), *diffiteor* (confessar), *memoro* (lembrar), *commoro* (relembrar), *narro* (narrar), *nego* (negar), *denego* (negar), *pernego* (negar), *nuntio* (anunciar), *ostendo* (mostrar), *scribo* (escrever), *simulo* (simular), *adsimulo* (fingir), *dissimulo* (dissimular) etc.;
- *sciendi et sentiendi*: *accipio* (saber), *abitor* (julgar), *audio* (ouvir), *censeo* (pensar, ser de opinião), *cogito* (pensar), *cognosco/agnosco* (conhecer/reconhecer), *comperio* (conceber, descobrir), *credo* (crer), *duco* (julgar), *exstimo/aestimo* (estimar, reputar), *fido* (confiar), *intellego* (entender), *invenio* (encontrar), *judico* (julgar), *memini* (lembrar), *nosco* (conhecer), *opinor* (imaginar), *obliviscor* (esquecer), *puto* (julgar), *reputo* (julgar), *reor* (julgar), *scio* (saber), *nescio* (não saber), *sentio* (julgar), *spero* (julgar), *despero* (desejar), *suspicio* (suspeitar), *video* (ver) etc.;
- *voluntatis et jubendi*: *cogo* (coagir), *concedo* (conceder), *constituo* (constituir), *cupio* (desejar), *decerno* (decidir), *flagito* (suplicar), *jubeo* (ordenar), *malo* (preferir), *nolo*

(não querer), *opto* (escolher), *patior* (suportar), *permitto* (permitir), *posco* (solicitar), *postulo* (pedir), *prohibeo* (proibir), *sino* (consentir), *statuo* (estabelecer), *studeo* (dedicar-se), *veto* (proibir), *volo* (querer).

Filho (2003, p. 22) cita ainda os *verba affectum* (verbos de sentimento): *gaudeo* (alegro-me), *doleo* (sofro), *invideo* (invejo), *maereo* (lamento), *rideo* (rio), *gratulor* (agradeço), *laetor* (regojizo-me), *miror* (admiro-me), *patior* (sofro), *vereor* (temo), *odi* (odeio) etc. O autor também aponta que verbos impessoais tomam por complemento um infinitivo com ou sem sujeito. As categorias desses verbos impessoais, apontadas pelo autor, são:

- Verbos formados de adjetivo neutro/substantivo + *esse*, por exemplo: *humanum est* (é humano), *tempus est* (é tempo);
- Verbos intransitivos, por exemplo: *licet* (é permitido), *decet* (convém);
- Verbos transitivos na voz passiva, por exemplo: *traditur* (conta-se), *dicitur* (diz-se);
- O verbo *videor*, *visus sum*, *videri*⁶.

Além disso, alguns substantivos aceitam a construção AcI como seus complementos, o que é, por sua vez, apontado em Bolkestein (1979, p. 31). A autora não cita muitos exemplos e tampouco lista os itens nominais, mas deixa claro que não são apenas nomes deverbais que aceitam complementação por orações AcI, como por exemplo o substantivo não deverbal *rumor*:

14) <i>rumor</i>	<i>erat</i>	<i>eos</i>	<i>venisse</i>
rumor.NOM.SG	ser[PST.SG]	3PL.M.ACC	vir[INF.PERF]
‘Havia um rumor de que eles haviam vindo.’ ⁷			

(BOLKESTEIN, 1979, p. 31)

Já Castro (2014, p.131) indica uma questão importante, em consonância com as observações de Bolkestein (1979) sobre a distinção entre AcIs e pseudo-AcIs. Aquela autora, em concordância com esta, indica que AcIs são complementos de verbos epistêmicos/declarativos/*dicendi* (de dizer), enquanto pseudo-AcIs ocorrem como complementos de verbos volitivos/manipulativos/*jubendi* (jussivos). Dessa forma, embora a lista acima, baseada em Castro (2014) e Filho (2003) aponte verbos *jubendi* como verbos que governam AcIs, essa afirmação é disputada. Há na literatura argumentos para uma leitura

⁶ Não é explorada toda a discussão acerca da produtividade de construções com o verbo depoente *videor* e as AcIs, sugere-se que o leitor leia a explicação de Filho (2003, p. 25).

⁷ “*There was a rumour that they had come*” (Bolkestein, 1979, p. 31)

ambígua de sentenças como *jubeo te exire: jubeo*, verbo jussivo, é tipicamente associado a pseudo-AcIs (o verbo, triargumental, governa um argumento interno acusativo e outro argumento, independente do acusativo, infinitivo); contudo, há propostas de que esses verbos tenham outra possível leitura, de AcI, onde [*te exire*] é um sintagma único. Por motivos de clareza, verbos jussivos não serão considerados como governantes de AcIs, em concordância com Bolkestein (1976a, 1976b, 1979).

A descrição realizada nesta seção, tanto da oração subordinada AcI quanto de seus componentes morfossintáticos relevantes, nos apresenta um panorama acerca dos pontos importantes da construção. Conforme mencionado no início do capítulo, trata-se de uma oração completiva sem partícula subordinante, que apresenta o verbo no infinitivo e o sujeito marcado no acusativo. Além disso, destacam-se como características relevantes: o infinitivo ser marcado em relação a tempo (mas não apresentar concordância com seus argumentos); o infinitivo poder apresentar-se nas vozes ativa e passiva; a oração AcI atuar como complemento em posição de sujeito ou objeto da oração principal; apenas algumas classes de verbos (e alguns substantivos) aceitarem a complementação por AcI. Dado que o foco das propostas teóricas a serem analisadas se encerra primariamente na relação de atribuição de Caso acusativo ao sujeito da encaixada e na classificação do sintagma AcI, como já observado, essas características são suficientes para auxiliar nas análises pretendidas, mesmo que a categoria AcI – bem como a categoria de orações completivas do latim clássico no geral – tenha mais pontos interessantes do ponto de vista teórico e descritivo.

1.3 APORTE TEÓRICO

Esta seção se insere nesta dissertação como uma apresentação dos pontos teóricos da literatura linguística que são utilizados e aceitos como bases teóricas para o restante deste trabalho. São discutidos aspectos de Teoria de Caso e de Teoria de Fases, com ênfase nas particularidades aplicadas a este trabalho (CHOMSKY, 2001; RADFORD, 2012; PESETSKY E TORREGO, 2010; etc.)

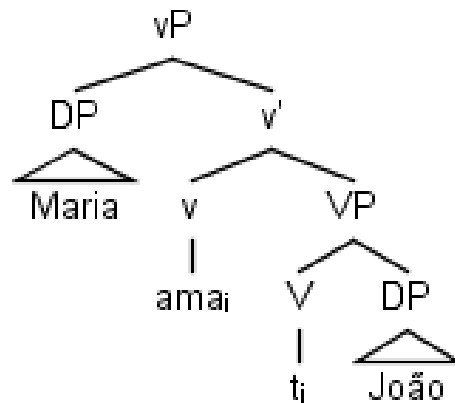
1.3.1 TEORIA DE FASES

Nesta dissertação, assume-se a proposta de derivação por fases, de Chomsky (2001): “ao final de cada fase, parte da estrutura sintática já formada é transferida aos componentes

fonológico e semântico, com o resultado de a parte relevante da estrutura é inacessível a operações sintáticas subsequentes”⁸ (RADFORD, 2012, p. 289). Dessa forma, os modelos de derivação aqui apresentados, exceto quando se tratando de propostas teóricas além do escopo gerativo, têm como pressuposto um sistema de fases. Em relação aos níveis sintáticos que representam fases para este estudo, destacam-se o TP e o vP transitivo⁹.

Às fases são atribuídas algumas características, as quais são abordadas aqui. Inicialmente, entende-se que os níveis fásicos representam pontos na derivação da estrutura sintática em que uma porção da estrutura é enviada – transferida – para os níveis de interface. Dessa forma, pedaços da estrutura são enviados para *spell-out* e para interpretação semântica ao longo do processo de derivação – em cada fase e também ao final da derivação, propriedade chamada de transferência. Evidencia-se que a porção da derivação transferida para os níveis de interface, devido à ocorrência da fase, é apenas o complemento do núcleo fásico. Na árvore abaixo, representando uma derivação incompleta da oração “Maria ama João”, vP é considerado um nível fásico (por ser transitivo) – a porção da estrutura que passará por transferência está evidenciada.

Figura 1 – Diagrama arbóreo de [vP Maria ama João]



Fonte: Elaborada pelo autor

A consequência da aplicação da transferência a uma porção da estrutura enquanto a derivação ainda está ocorrendo é resumida na condição de impenetrabilidade de fase (PIC). A

⁸ “At the end of each phase, part of the syntactic structure already formed undergoes transfer to the phonological and semantic components, with the result that the relevant part of the structure is inaccessible to further syntactic operations from that point on” (RADFORD, 2012, p. 289)

⁹ Neste ponto, desvia-se de Chomsky (2001), que assume que C seja uma fase mas não T, e assume-se em seu lugar Chomsky (2013, 2015).

partir do momento em que a transferência dos elementos relevantes ocorre, estes passam a estar inalcançáveis para demais operações sintáticas internas à estrutura:

- 15) Condição de impenetrabilidade de fase (PIC)
- a. $[_{ZP} Z \dots [_{HP} \alpha [H YP]]]$ (onde H é uma fase)
 - b. O domínio de H não é acessível para operações em ZP; apenas H e sua borda são acessíveis para tais operações¹⁰

Assim, na árvore sintática acima, o complemento do nível fásico vP, VP, está indisponível para futuras operações sintáticas. Aos elementos internos à fase que não são transferidos – o núcleo e o especificador – dá-se o nome de borda (*edge*) da fase. Tais elementos ainda estão disponíveis para participar de futuras operações e relações sintáticas que venham a ocorrer na derivação, uma vez que ainda não foram transferidos, não estando sob PIC.

1.3.2 TEORIA DE CASO

Conforme observado anteriormente, um dos pontos que distingue as orações AcI das demais completivas oracionais do latim clássico é a marcação do sujeito dessas em caso acusativo. Assim, a fim de comentar propostas teóricas acerca das AcIs e tecer propostas próprias, é preciso que se assuma uma perspectiva sobre o funcionamento da categoria sintática de Caso. Nesta seção, são apresentadas as propostas em que se baseiam este trabalho.

Seguindo a proposta gerativista de que a habilidade linguística humana é uniforme, o fenômeno de Caso deve ser considerado universal. O uso da palavra Caso com inicial maiúscula se refere à categoria abstrata assumida pelo gerativismo, enquanto o uso de caso com a inicial minúscula, ao fenômeno morfofonológico presente em algumas línguas, como o Latim (Ura, 2001, p. 336).¹¹ Pesetsky e Torrego (2011, p. 4) indicam, seguindo a proposta de

¹⁰ “*The domain of H is not accessible to operations at ZP; only H and its edge are accessible to such operations*” (CHOMSKY, 2001, p. 14).

¹¹ “*It should be noted, however, that the fundamental assumption of Generative Grammar concerning the uniformity of the human language ability (i.e., the assumption about Universal Grammar) demands that the aforementioned differences among languages in terms of the morphologically over/covert marking of case should be taken to be superficial and attributed to some parametric variations in morphology. The important point is that, whether it is overtly displayed or not, case should be present in all nominals at a more deeply abstract level in the theory of grammar. This abstract notion of case as a theoretical construct is called “abstract Case” to contrast it with the morphological forms of case. Hereafter I will call the former “Case” (capital C) and the latter “case” (small letter c)*” (URA, 2001, p. 335).

Vergnaud, que as línguas devem apresentar, também, um Filtro de Caso (*Case Filter*), isto é, um fator sintático que não permita itens nominais não marcados para Caso, em uma configuração do tipo *[NP – case]. Este filtro é um ponto importante para a teoria de Caso, pois é a expressão da qualidade de línguas que apresentam morfologia de caso: sempre que possível, um nominal deve ser marcado para caso.

Assume-se aqui, então, que Caso é uma categoria universal e abstrata que deve, impreterivelmente, marcar todos os itens nominais em uma derivação sintática. Em relação aos mecanismos que regulam as relações de Caso, é utilizada a proposta de Chomsky (2001).

Seguindo Chomsky (2001), Caso estrutural (coincidentemente, neste trabalho, lida-se apenas com Caso estrutural) é entendido como um traço formal de nomes e pronomes. É importante, então, determinar o funcionamento dos traços formais – propriedades das palavras, associados a estas no léxico. Seguindo o autor selecionado, os traços podem ser valorados ou não valorados, o que se traduz em um traço ser, respectivamente, interpretável ou não – uma qualidade que diz respeito à possibilidade de um traço ser interpretado em nível de interface. Os traços possuem, ou deixam de possuir, valor ainda no léxico, sendo que aqueles que entram na derivação sem um valor específico associado são considerados ininterpretáveis. A tabela abaixo indica a notação a ser utilizada neste trabalho:

Tabela 2 – Modelo de notação de traços formais

Interpretável	Ininterpretável
[F _{VAL}]	[F]

Fonte: Elaborada pelo autor

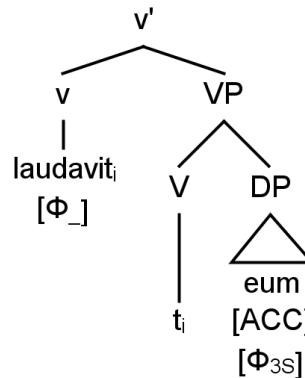
A notação indicada acima faz uso da noção de Chomsky (2001) de que os traços ininterpretáveis entram na derivação sem um valor atribuído. Relações entre traços formais são mediadas pela operação *Agree*, definida como uma relação entre uma sonda (*probe*) e um alvo (*goal*), em que a sonda – um traço ininterpretável e, portanto, não-valorado - busca, em seu c-comando, um alvo – um traço de mesmo tipo, porém valorado. Ao encontrar um alvo válido, uma relação *Agree* é estabelecida entre ambas as partes e a sonda assume o valor do alvo. Esse tipo de relação está evidenciado no exemplo abaixo:

16)	Cicer-o	eum	laudav-it
	Cícero[m]-sg.nom	ele[m.sg.acc]	elogiar[ind]-perf.3sg
	Cícero elogiou ele		

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 4)

Partindo do princípio de que as derivações ocorrem em fases e que as fases que desencadeiam *Spell-out* são *v* e *T*, quando não defectivos, a derivação de (16) é apresentada, na figura 2 a seguir, nos pontos em que as fases são enviadas para os níveis de interface. Observa-se que [*v laudavit*] constitui uma fase, pois é transitivo. Os traços indicados são apenas os relevantes para a discussão aqui proposta. Além disso, pontos não diretamente relacionados com a atribuição de Caso, como o movimento de *V* para *v* (e subsequentemente para *T*) são tacitamente assumidos, sem maiores discussões. De forma central, as seguintes representações de traços serão utilizadas: [Φ] indica traços-phi (pessoa e número, crucialmente); [CASE] indica traço de Caso não valorado – traços de Caso valorados serão indicados pelas abreviações de seu valor, como: [NOM] (nominativo) e [ACC] (acusativo). Assim, [CASE] é considerado não-valorado e, portanto, ininterpretável.

Figura 2 – Diagrama arbóreo de [*v' laudavit eum*]



Fonte: Elaborada pelo autor

A representação acima indica o estado da derivação antes do envio da fase para os níveis de interface. Nesse ponto¹² se dão as operações entre os traços ininterpretáveis de *v*¹³ (ao conjunto de traços de pessoa, número e, se relevantes, gênero, dá-se o nome de traços-phi)

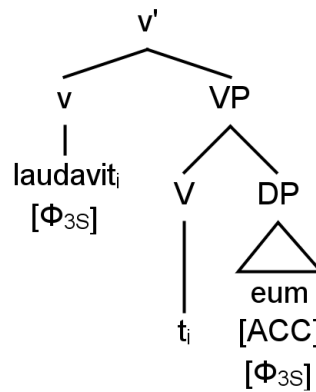
¹² Chomsky (2001, p. 15) aponta o *Earliness Principle* (aqui traduzido como Princípio de Precocidade) de Pesetsky. De acordo com tal princípio, é esperado que todas as operações ocorram assim que possível em uma derivação. Embora em outros momentos de seu texto ele faça referência a “ciclos”, nos quais as operações se aplicam, gerando um possível paralelo com as fases, o Princípio de Precocidade ainda será observado tal como é apresentado pelo autor.

¹³ A presença de traços-phi em *v* é proposta em concordância com as observações de Radford (2009) sobre a atribuição de Caso acusativo.

e os traços do DP *eum*. Para que se estabeleça uma relação entre tais traços, é preciso que estejam ativos – traços são considerados ativos quando o item a que estão ligados apresenta pelo menos um traço ininterpretável¹⁴. Dessa forma, ambos os itens mencionados estão ativos para participar da operação *Agree*.

Retornando ao exemplo da figura 2 acima, o núcleo *v* possui traços não-valorados. Tais traços devem sondar o c-comando de *v* em busca de alvos válidos – como o DP *eum* está ativo, dado a presença do traço não valorado de Caso, seus traços-phi são alvos válidos para as sondas de *v*. Assim, tais traços entram em *Agree*, com o resultado expresso abaixo.

Figura 3 – Diagrama arbóreo de [*v'* laudavit eum] com *Agree* evidenciado



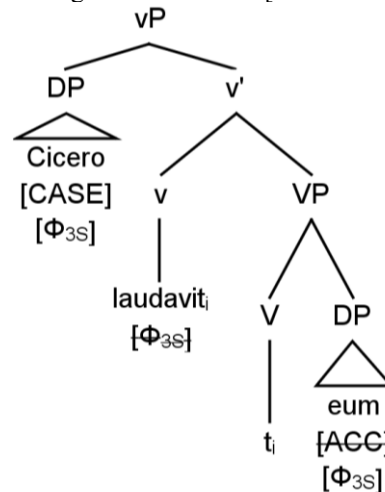
Fonte: Elaborada pelo autor

Os traços-phi ininterpretáveis de *v* sondam e concordam com os alvos válidos do DP *eum*, recebendo assim seus valores¹⁵. Além disso, é proposto em Chomsky (2001), e amplamente aceito, que Caso acusativo seja atribuído ao item nominal que estabelece *Agree* com traços-phi de um núcleo *v* transitivo. Essa fase da derivação tem seu fim quando o argumento externo é juntado ao nível *vP*.

¹⁴ “Chomsky (1999, p. 4) posits that ‘Probe and Goal must both be active’ for operations like agreement or case-marking to apply, and that a constituent (whether Probe or Goal) is active only if it contains one or more uninterpretable features” (RADFORD, 2009, p. 183).

¹⁵ Aqui se reconhece outra proposta que poderia ser utilizada sem aparentes problemas teóricos. Ura (2001, p. 356-358) propõe que o complemento de *V* seja alçado para *Specv* para checar o traço acusativo.

Figura 4 – Diagrama arbóreo de [vP cicero laudavit eum]



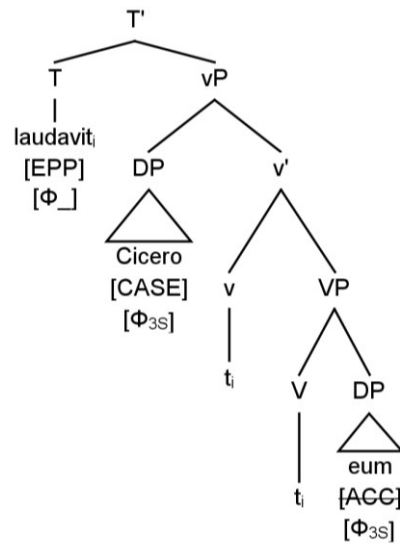
Fonte: Elaborada pelo autor

Com o fim da fase, o complemento de v , VP, é enviado para *spell-out* e portanto inalcançável para demais etapas da derivação, dado PIC. Outro ponto teórico que deve ser expresso é a necessidade da derivação de deletar os traços ininterpretáveis antes de *spell-out* que, caso presentes em forma lógica, impossibilitam a derivação. A condição para deleção é a valoração dos traços ininterpretáveis que torna os traços invisíveis para os componentes sintáticos e semânticos¹⁶. Traços deletados serão representados, quando necessário, com um traço horizontal sobre o traço. Chomsky (2001) argumenta que a deleção deve ocorrer assim que os traços ininterpretáveis recebam seus valores, contudo na seção de proposta de análise deste trabalho uma outra proposta é comentada.

O próximo ponto relevante da derivação está representado abaixo (os traços de *eum* e demais posições estão omitidos):

¹⁶ Radford (2009, p. 186) propõe que a deleção de traços seja conduzida por uma operação de Deleção (*feature deletion*), enquanto Chomsky (2001) propõe que a própria operação de *spell-out* delete os traços necessários. O mecanismo exato que executa a tarefa de deleção não é importante para as discussões aqui realizadas, uma vez que as análises não dependem desse ponto. Caso necessário, a deleção de traços será tratada como sendo executada pela operação Deleção, apenas por fins explicativos.

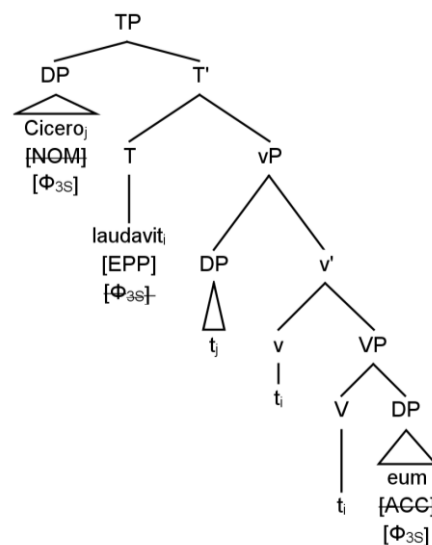
Figura 5 – Diagrama arbóreo de [T' laudavit cicero eum]



Fonte: Elaborada pelo autor

A relação que se estabelece entre T e o argumento externo do verbo é semelhante à que se demonstrou para v e o argumento interno, embora com diferenças cruciais. Primeiramente, a concordância de T com *Cicero* resultará na marcação do substantivo com o Caso nominativo, e não acusativo. Além disso, T possui um traço EPP, que requer que o elemento com o qual a concordância for estabelecida seja alçado para a posição de SpecT. O complemento de T é enviado para os níveis de interface.

Figura 6 – Árvore sintática de [TP cicero laudavit eum]



Fonte: Elaborada pelo autor

Dentro do quadro teórico selecionado para esta dissertação, é da forma que se acaba de comentar que se dá assim a derivação, com foco nas atribuições de Caso estrutural. O fenômeno AcI aqui estudado depende especialmente das atribuições de nominativo e acusativo, motivo pelo qual foram ressaltadas nesta seção. Seguindo Chomsky (2001), também se propõe que a derivação seja finalizada com a adição de um núcleo C, codificando escolhas discursivas. Exceto quando observado explicitamente, este é o modelo derivacional assumido nas análises que serão feitas adiante.

Há ainda que se apontar os temas adicionais seguintes que também são relevantes para o trabalho: em relação à atribuição de nominativo pelo núcleo funcional T, é considerado aqui que tal atribuição, estrutural, só ocorre quando T for finito e não-defectivo (apresentar traços- ϕ).

No capítulo de análises deste trabalho, conceitos como marcação excepcional de Caso (ECM) e atribuição de Caso *default* são tratados. Contudo, para facilitar a leitura do texto, a apresentação de tais conceitos e fenômenos é feita nas seções pertinentes.

2 METODOLOGIA

2.1 DISPOSIÇÕES INICIAIS

Pepicello (1980, p. 55-56) discorre, brevemente, sobre o conceito de intuição. Segundo o autor, um problema ao se trabalhar com a gramática de uma língua “morta” é a falta de atestações de sentenças cruciais para provar ou contrariar uma dada proposta, além da característica geral dos textos de não apresentarem, obviamente, sentenças agramaticais, também necessárias para a pesquisa. Assim, o autor argumenta em favor de seguir a intuição, observando que, por estarmos distantes temporalmente do latim, julgamentos claros muitas vezes podem não ser possíveis.

Nos textos utilizados como referencial teórico deste trabalho, especificamente aqueles que discutem as orações AcI e os fenômenos do latim, fica evidente que autores optaram por utilizar exemplos de construção própria, seguindo, em alguma medida, a intuição. Essa situação gera certos problemas para o estudo da construção quando partindo de tais textos: muitos dos exemplos de AcI a que se tem acesso acabam sendo exemplos fabricados pelos autores. Tais exemplos, frequentemente, são formulados para abordar um ponto específico da construção ou para corroborar uma proposta teórica em particular, resultando em uma grande gama de exemplos que não são necessariamente representativos de usos reais da construção AcI mas sim exemplos didáticos que podem não incorrer em características das AcIs que não fossem o foco dos estudos.

Não é intenção do autor desta dissertação tomar uma posição contrária ou favorável ao uso da intuição de estudiosos do latim quando julgando a gramaticalidade de, ou fabricando, sentenças. Contudo, tornou-se, durante o processo de pesquisa e escrita, um ponto de interesse buscar por exemplos a partir de textos originais da língua latina; a motivação para tal esforço está tanto em buscar por exemplos de uso real da construção quanto por evitar exemplos enviesados. Tratam-se, aqui, de exemplos enviesados aqueles que foram fabricados especificamente para corroborar uma ou outra hipótese, uma vez que foram fabricados com tal finalidade. A busca por exemplos a partir de textos latinos tem como objetivo ilustrar o trabalho e fornecer usos atestados da construção para testar propostas teóricas e hipóteses que venham a surgir.

É importante, contudo, observar que exemplos provenientes de estudos sobre as AcIs, e, portanto, potencialmente enviesados, ainda são usados nesta dissertação. Mesmo que sejam

exemplos artificialmente fabricados, seu uso se dá e é justificado nos seguintes contextos: a) ilustrar alguma propriedade que não tem representação dentre os exemplos levantados para este trabalho através da metodologia aplicada nos textos do latim clássico; b) representar o argumento particular de algum autor de forma fiel à sua proposta, para fins ilustrativos; c) apresentar características da construção AcI de forma didática – exemplos fabricados com a finalidade de serem simples e objetivos em representar certas propriedades atingem tal objetivo de forma direta, ao passo que exemplos originais do latim clássico não necessariamente apresentam preocupação com didática ou legibilidade. Assim, nos contextos elencados, o uso de exemplos potencialmente enviesados não é um problema. Com tal recorte explicitado, passa-se, abaixo, à descrição do processo utilizado para a coleta de exemplos.

2.2 O PROCESSO

O método empregado para a coleta de exemplos utiliza ferramentas e processos de linguística de *corpus* e processamento de língua natural (PLN). O desenvolvimento do referido método passou por uma série de otimizações ao longo do período de pesquisa e escrita desta dissertação. O propósito desta exposição acerca de como foi feita a coleta de exemplos serve como ponto de partida e, com sorte, de referência para estudos futuros na área do latim, pois é da opinião do autor deste estudo que a aplicação das ferramentas aqui mencionadas facilita e acelera o processo de coleta de exemplos.

Antes de passar à descrição do método, é importante observar que o estudo que aqui se desenvolve tem caráter qualitativo, não quantitativo. Uma série de escolhas foram feitas tendo essa distinção em mente, como é detalhado nesta seção. Dessa forma, o texto não está saturado de exemplos colhidos a partir deste método – os exemplos coletados foram utilizados apenas quando necessários. A figura abaixo ilustra o algoritmo utilizado:

Figura 7 – Algoritmo metodológico



Fonte: Elaborada pelo autor

Este algoritmo ilustra os passos tomados para se chegar aos resultados obtidos. Partiu-se de um conjunto de textos que foram compilados, tratados e anotados para que, então, fosse possível extrair um conjunto de sentenças que pudessem, dadas suas características, apresentar exemplos de AcI. As sentenças extraídas ao final do processo são candidatas à análise linguística, para averiguar a presença de AcIs. A seguir os passos são comentados com maiores detalhes.

O primeiro passo explicitado é a escolha dos textos a serem utilizados. Para este trabalho foram selecionados os livros de *Ab urbe condita*, de Tito Lívio, embora qualquer obra seja compatível com este método, basta estar digitalizada. Em posse dos textos, é preciso convertê-los ao formato .txt, como é de costume para os trabalhos com *corpus* (cf. Aluísio e Almeida, 2006, p. 160).

Após a compilação dos textos em *corpus* ou *corpora*, estes são limpos e formatados. A etapa de anotação morfossintática (*PoS tagging*) demanda que os textos estejam limpos, seguindo um critério de eliminação de itens não textuais e de elementos simbólicos ou que de outra forma possam interferir com o funcionamento da ferramenta selecionada para a anotação. O processo de limpeza, em termos deste trabalho, é realizado através de um *script* em Python, encabeçado pela tokenização do texto em sentenças que, posteriormente, foram submetidas ao método “*isalpha()*”, responsável por eliminar qualquer elemento não alfabético dessas sentenças. Além de limpas, as sentenças também foram normalizadas em forma minúscula, procedimento também padrão.

Após a limpeza dos *corpora*, passa-se à etapa de anotação morfossintática. Essa etapa consiste na inclusão, automática, de informações morfossintáticas de cada palavra dos textos a cada uma dessas palavras. A biblioteca usada é LamonPy (disponível em: <<https://github.com/bab2min/lamonpy>>), que fornece funções que realizam a anotação

morfossintática de palavras em latim ao substituir cada palavra por sua versão dicionarizada acrescida de uma sequência de nove caracteres que codificam as informações morfossintáticas da palavra, como classe de palavra, número, gênero, caso etc. (17) abaixo apresenta uma oração anotada pela ferramenta utilizada:

17) Exemplo de PoS tagging da biblioteca LamonPy:

- a. sed nec di nec homines aut ipsam aut stirpem a crudelitate regia uindicant sacerdos uincta in custodiam datur pueros in profluentem aquam mitti iubet
- b. sed_c----- nec_c----- [NUM]_----- nec_c----- homo_n-p---mn- aut_c----- ipse_p-s--fa- aut_c----- stirps_n-s---fa- ab_r----- crudelitas_n-s---fb- regius_a-s---fnp vindico_v3ppia--- sacerdos_n-s---mn- vincio_v-sippfn- in_r----- custodia_n-s---fa-do_v3spip--- puer_n-p---ma- in_r----- profluo_v-sppama- aqua_n-s---fa- mitto_v--pnp--- iubeo_v3spia---

Conforme observado, cada palavra é substituída por sua entrada lexical e nove caracteres que indicam suas características morfológicas. As vantagens dessa anotação são tanto a possibilidade de busca por todas as formas de uma dada palavra, uma vez que todas as suas ocorrências são substituídas por uma única forma, quanto a possibilidade de busca por uma característica morfológica ou um conjunto de características morfológicas, visto que agora os valores morfológicos das palavras estão uniformemente codificados. Abaixo estão reproduzidos termos anotados do exemplo (17a), utilizado anteriormente, seguidos de suas contrapartes não anotadas, evidenciando as propriedades mencionadas. Em (20a), *mitti* é a forma infinitiva passiva presente do verbo *mitto* e, em (20b), *aquam* é a forma acusativa singular do substantivo *aqua*, informações expressas pelas *tags*, nas letras evidenciadas em negrito e sublinhado.

18) Exemplificação das etiquetas utilizadas como parâmetros de busca:

- a. mitto **y--pnp**---; mitti;
- b. aqua **n-s---fa**-; aquam.

Com o uso das etiquetas morfossintáticas o processo de busca por, por exemplo, um verbo infinitivo deixa de ser uma busca por todos os possíveis verbos infinitivos e passa a ser

uma busca única pelas ocorrências de uma etiqueta com as letras “v” na primeira posição, indicando verbo, e “n” na quinta posição, indicando infinitivo. Esse tipo de possibilidade diminui o número de buscas necessárias para encontrar grupos de palavras como verbos infinitivos e substantivos acusativos, que, coincidentemente, são pontos distintivos das AcIs. Assim, ao se facilitar a busca pelos itens que compõem as AcIs, se torna mais fácil encontrar as próprias orações infinitivas. É importante observar que tal método de busca não diferencia de sentenças com complementação AcI e sentenças que apenas apresentem um acusativo e um infinitivo, mas dessa forma é possível diminuir o grupo de sentenças a serem analisadas, como é discutido a seguir.

Partindo da observação de que as AcIs são caracterizadas pela presença de um verbo infinitivo e um sujeito acusativo, a etapa que segue a anotação morfossintática é a criação de *subcorpora* que contenham apenas sentenças que exibam tanto um infinitivo quanto um acusativo. Utilizando expressões regulares (*regex*) em um segundo *script*, busca-se por, primariamente, dois tipos de etiquetas (em parênteses estão as expressões regulares correspondentes às etiquetas): verbos infinitivos, com “v” na primeira posição e “n” na quinta posição (r'_v.{3}n.{4}'); substantivos acusativos, com “n” na primeira posição e “a” na oitava posição (r'_n.{6}a.'). Havendo sido criados os *subcorpora* contendo apenas sentenças que contenham pelo menos um substantivo acusativo e um verbo infinitivo, se torna questão de analisar tais sentenças em busca de exemplos de AcI.

O modelo aqui descrito e empregado minimiza o tempo gasto em busca de exemplos em textos, podendo ser extrapolado, com mudanças no conteúdo das buscas e das formulações de *subcorpora*, para diversos contextos de pesquisas linguísticas. A título de comparação, a metodologia deste capítulo foi empregada nos dois primeiros livros de *Ab urbe condita*. A tabela abaixo indica os resultados obtidos – destaca-se que as sentenças que compõem os *subcorpora* são aquelas que apresentaram o contexto morfossintático necessário para a ocorrência de AcIs, não sendo necessariamente todas exemplos de AcIs.

Tabela 3 - Relação de quantidade de sentenças por versão de busca

	Sentenças no <i>corpus</i> 1	Sentenças no <i>corpus</i> 2
Texto original	815	959
<i>Subcorpora</i>	211	209

Fonte: Elaborado pelo autor

Os *subcorpora* mencionados acima foram formados apenas por sentenças contendo as etiquetas mencionadas anteriormente. Assim, todas as sentenças elencadas possuem tanto um substantivo acusativo quanto um verbo infinitivo. É possível averiguar uma exclusão de 404 sentenças do primeiro livro (*corpus 1*) e 750 do segundo livro (*corpus 2*); as sentenças excluídas não apresentavam a possibilidade de conter o tipo de oração que interessa a esse estudo, de forma que ao excluí-las não há perda de material relevante.

Embora outros filtros de busca para a criação de subconjuntos de dados tenham sido experimentados ao longo da escrita do trabalho, o método empregado permanece o mesmo. Experimentos foram realizados com restrições como a não realização de verbo *sum* no infinitivo ou a realização obrigatória de verbos *dicendi* e *sciendi et sentiendi*, conforme lista de Castro (2014), reproduzida no capítulo anterior. Como o caráter deste estudo não é quantitativo, não é extremamente relevante observar qual tipo de busca providencia os melhores resultados, sendo importante apenas observar que essa metodologia economiza uma quantidade significativa de tempo. Dessa forma, este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa informada por *corpus* (*corpus-informed research*) (McEnery e Hardie, 2011, p. 17) – e, para esse tipo de estudo, os *corpora* são utilizados como uma espécie de banco de dados, servindo como coletivos de dados linguísticos que serão utilizados como elementos que ilustram a teoria de caráter qualitativo sendo desenvolvida¹⁷. O mérito em apresentar a metodologia empregada na coleta de exemplos, mesmo que não seja o foco do trabalho, está em documentar os esforços realizados e indicar, para estudos futuros, um curso de ação que visa acelerar e facilitar partes significativas de pesquisas em línguas como o latim.

¹⁷ “A more contentious manifestation of utilizing only selected parts of a corpus arises when researchers use the corpus simply as a bank of examples to illustrate a theory they are developing – this is sometimes called *corpus-informed research*” (McEnery e Hardie, 2011, p. 17).

3 ANÁLISES

Neste capítulo são apresentadas as principais análises referentes ao tema proposto e aos objetivos delineados no capítulo de introdução desta dissertação. Este capítulo é dividido em três seções principais: a) propostas teóricas; b) status categorial da oração AcI; c) comentários sobre o valor semântico das orações AcI.

3.1 PROPOSTAS TEÓRICAS

O principal objetivo desta seção é comentar e avaliar diferentes propostas teóricas já aventadas na literatura acerca da construção AcI no latim clássico. As propostas elencadas são apresentadas e comentadas, com um olhar voltado para o aporte teórico gerativista; o intuito é avaliar a viabilidade teórica dessas propostas frente a uma teoria linguística mais atual, levando em consideração que algumas dessas propostas têm mais de quarenta anos de existência. No entanto, algumas dessas propostas não se encaixam dentro da tradição gerativa, o que dificulta ou impossibilita a análise com base nessa tradição linguística. Assim sendo, em casos em que a proposta selecionada não possa ser adequadamente analisada através da ótica gerativa/minimalista, esta será apenas apresentada. As propostas teóricas estão divididas em propostas não-gerativas e gerativas.

3.1.1 PROPOSTAS NÃO-MINIMALISTAS.

São apresentadas, em primeiro lugar, as propostas não-gerativistas já elencadas para este trabalho: a proposta tradicional (Bolkestein, 1978), a proposta de Lakoff, 1962 (*apud* Schoof, 2004) e a proposta de alçamento a objeto (*raising-to-object*) de Postal (1974, *apud* Pillinger 1980) e Pepicello (1977, *apud* BOLKESTEIN, 1979). Serão introduzidas as propostas e as discussões que as cercam.

3.1.1.1 A PROPOSTA TRADICIONAL OU HIPÓTESE DE EXPANSÃO (*EXPANSION HYPOTHESIS*)

Apresentada em Bolkestein (1979), esta hipótese sugere que estruturas AcIs sejam derivadas de estruturas pseudo-AcIs, em um processo diacrônico no latim, gerando as orações encaixadas a partir de dois argumentos distintos: um nome no acusativo e um infinitivo. A

autora aponta que diversos gramáticos (Kühner-Stegmann (1912), Ernout-Thomas (1953), Woodcock (1959), Szantyr (1965) etc.) endossam esta análise. “Assumia-se que um complemento infinitivo havia sido adicionado a verbos que originalmente podiam governar apenas um objeto nominal. Após certo tempo esta construção complexa se tornou um constituinte (a AcI)”.¹⁸ Além disso, alguns autores, como Woodcock (1959) e Szantyr (1965) acrescentam, à hipótese de expansão, uma hipótese complementar, nomeada hipótese da distribuição ampliada (*widening distribution*), postulando que verbos que não possuíam anteriormente um objeto nominal poderiam, mesmo assim, governar AcIs.

Bolkestein (1979), que, é importante observar, não é, originalmente, a proponente da análise, elenca argumentos favoráveis à hipótese de expansão – embora seja importante deixar claro que a autora se opõe à tal proposta, mesmo que levante pontos positivos e negativos acerca desta. Segundo a autora, as vantagens dessa abordagem são: a) explicar o comportamento do sujeito da oração AcI em passivizações do tipo NcI, uma vez que assume que o sujeito da oração encaixada tenha sido objeto do verbo principal em algum ponto do desenvolvimento da língua; b) explicar a atribuição de acusativo ao sujeito do infinitivo, já que este é o caso atribuído ao objeto direto; c) explicar o caráter infinitivo do verbo da oração encaixada, uma vez que este teria sido um complemento comum anteriormente, uma categoria tipicamente infinitiva; d) solucionar certos tipos de passivização em que toda a oração encaixada atua como uma unidade sintática, o que seria previsto pela proposta em mãos, já que é teorizado que a AcI seja uma unidade sintática no latim, a partir de algum momento do desenvolvimento da língua; e) concordar com o comportamento de alguns verbos, principalmente verbos de percepção, que governam ou um objeto nominal no acusativo ou uma AcI, disposição que vai ao encontro da proposta de *widening distribution*¹⁹.

Embora Bolkestein (1979) resuma os pontos positivos da hipótese de expansão, ela é, verdadeiramente, contrária à proposta, questionando a atribuição de um status de objeto ao sujeito acusativo. Abaixo são apresentados os argumentos contrários à hipótese de expansão, conforme são elencados pela autora.

O primeiro passo tomado pela autora é em negar a análise do sujeito acusativo como um objeto em estrutura profunda. Isso é alcançado por três argumentos. Inicialmente, nota-se que verbos que governam uma AcI têm um padrão distinto do de verbos que governam uma

¹⁸ “It was assumed that an infinitival complement was added to verbs which originally could only govern a nominal object. After a time, this complex construction became one constituent (the AcI)”. (BOLKESTEIN, 1979, p. 18).

¹⁹ Cf. Bolkestein, 1979, p. 18-19.

pode ser observado em (23a). Dessa forma argumenta-se que este seja um indício de que o termo acusativo em (23b) seja um verdadeiro complemento do verbo, ao contrário do que ocorre em (23a), uma vez que *portam*, nesta sentença, não estaria sujeito à restrição semântica do verbo matriz²⁰.

Outro fator de restrição do verbo principal em relação ao complemento, dessa vez, o infinitivo, é o limite na expressão de tempo e voz que o infinitivo pode expressar. Com verbos do tipo *dicere*, governando AcI, o infinitivo tem maior liberdade morfossintática, enquanto com verbos do tipo *cogere*, em configuração pseudo-AcI, o infinitivo é mais reduzido em relação ao tipo de valor que pode ser expresso em relação a tempo e voz. Esse fenômeno indica maior proximidade entre o verbo principal e o infinitivo em verbos triargumentais do que o que é percebido em verbos biargumentais governando AcI. As diferenças evidenciadas até o momento indicam que o comportamento subjacente desses grupos verbais não é equivalente, o que torna a proposta de que AcIs sejam reflexo do comportamento de verbos triargumentais de fases anteriores da língua improvável²¹.

Além dos pontos expostos acima, a autora providencia maiores argumentos contrários à hipótese de expansão. A assimetria no comportamento do complemento verbal em passivizações é um fator explorado.

24)

- a. *Vir-os* *ven-isse* *dict-um*
 homem[M]-ACC.PL vir[PRES.IND]-INF.PASS dizer[PART.PST.N]-NOM.SG
- est*
 ser[PRES.3SG]
 é dito que os homens tenham vindo
- b. **te* *ven-ire* *coact-um* *est*
 2.SG.ACC vir[PRES.IND]-INF forçar[PART.PST.N]-NOM.SG ser[PRES.3SG]
 *é forçado que você venha.

(BOLKESTEIN, 1979, p. 19-22).

A assimetria demonstrada acima, em que alguns conjuntos de acusativo e infinitivo se comportam como uma unidade sintática enquanto outros não, é um dado contrário à proposta tradicional – não há uma explicação para a não-conformidade de algumas ocorrências do

²⁰ Não é evidenciado, em Bolkestein (1979), a qual restrição semântica, especificamente, se refere a autora. Contrastando (25) e (26b), é proposto, neste trabalho, que seja uma restrição semântica referente à animacidade do complemento – *cogere* não aceita um complemento [-animado].

²¹ Os argumentos e propostas feitos podem ser encontrados em Bolkestein (1979, p. 21-23).

complexo [ACC + INF]. Bolkestein (1978, p. 22-23) prossegue em sua argumentação, afirmando que, com base no que foi observado, a hipótese de distribuição ampliada também é descreditada. Os exemplos abaixo ilustram um caso que estaria sujeito à distribuição ampliada, o verbo *videre*, que tipicamente governa apenas um complemento nominal em acusativo mas que aceita, também, AcI.

25)

- | | | | |
|----|--------------------------------------|--|---|
| a. | <i>Te</i>
2SG.ACC
Eu te vejo | <i>vide-o</i>
ver[PRES.IND]-1SG | |
| b. | <i>Te</i>
2SG.ACC
Eu vejo você | <i>ven-ire</i>
vir[PRES.IND]-INF
vir/Eu vejo que | <i>vide-o</i>
ver[pres.ind]-1sg
você vem. |
| c. | <i>Te</i>
2SG.ACC
Eu vejo você | <i>veni-ent-em</i>
vir-PART.PRES-SG.ACC
vir/Eu vejo você | <i>vide-o</i>
ver[PRES.IND]-1SG
vindo |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 22)

Pela proposta de distribuição ampliada, (25b) é uma expansão de (25a), assumindo-se que o verbo *videre* governava, em um dado momento da língua, apenas um complemento acusativo mas passa, posteriormente, a governar também, uma oração AcI – o que explicaria como um verbo que não apresentava o paradigma [ACC + INF] foi capaz de governar AcI, assumindo a proposta tradicional. Contudo, de acordo com a autora, os períodos indicados não podem ser considerados expansões um do outro (em verdade, (25c) seria a expansão de (25a)). Essa observação é apoiada por serem observadas restrições semânticas no objeto de (25a) mas não no sujeito da encaixada em (25b)²². Por fim, a autora ainda aponta que não há evidência empírica que apoie a proposta de distribuição ampliada. É importante observar que Bolkestein (1979, p. 24) finaliza suas críticas à proposta tradicional e à expansão ampliada observando que não é possível analisar os verbos que têm como complemento AcI como um predicado triargumental em estrutura profunda, dado que, conforme aqui reproduzido, o comportamento de verbos governando AcIs e pseudo-AcIs é significativamente distinto.

Esta proposta, por fugir ao escopo gerativo e minimalista a que se presta este trabalho, não será comentada além do que já foi exposto nesta seção. Assume-se, para fins deste

²² “It cannot be an expansion because the nominal object in (4a) is sensitive to a semantic restriction: it must denote something directly visible. This semantic restriction is not shared by the Accusative of the AcI [...] nor by the state of affairs denoted by the AcI as a whole: with all verbs of perception the AcI may just as well be used to refer to indirect perception” (BOLKESTEIN, 1979, p. 22).

trabalho, que as críticas de Bolkestein (1979) são suficientemente contundentes para justificar o abandono desta proposta como modelo explicativo para o comportamento das AcIs.

3.1.1.2 PROPOSTAS TRANSFORMACIONAIS

Foram elencadas três propostas gerativo-transformacionais, as quais são abordadas nesta seção. As propostas são apresentadas e comentadas de acordo com nossas necessidades teóricas, seguindo discussões já presentes na literatura. São abordadas simultaneamente as propostas de Lakoff (1968, *apud* SCHOOF, 2004), Pepicello (1977, *apud* BOLKESTEIN 1979), Pepicello (1977, *apud* PILLINGER, 1980) e Pillinger (1980)

3.1.1.2.1 LAKOFF (1968, *apud* SCHOOF, 2004) E A GRAMÁTICA TRANSFORMACIONAL

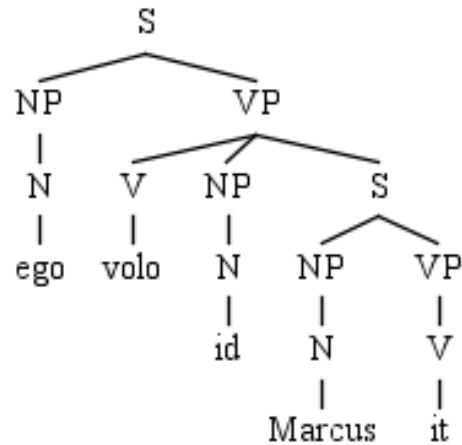
O estudo de Lakoff (1968, *apud* SCHOOF, 2004) é creditado como o primeiro estudo que abordou a construção AcI a partir do ponto de vista de um modelo sintático formalista²³. A autora, fazendo uso da gramática transformacional (TG), postula estruturas profundas para o latim que o aproximam da gramática do inglês, explicando o fenômeno AcI através de regras transformacionais. A proposta da autora envolve um nível de estrutura profunda como em (26b) abaixo, que seria um paralelo de estruturas similares em inglês (representadas em (27)).

- 26)
- | | | | |
|----|---|--|---|
| a. | <i>Vol-o</i>
querer[<i>PRES.IND</i>]-1SG
Eu quero que marcos vá | <i>marc-um</i>
marcos[<i>M</i>]-ACC.SG | <i>ire</i>
ir[<i>PRES.IND</i>].INF |
| b. | <i>*Ego</i>
1SG.NOM | <i>volo</i>
querer[<i>PRES.IND</i>]-1SG | <i>id</i> <i>marcus</i>
3SG Marcos[<i>M</i>]-NOM.SG |
| | <i>it</i>
ir[<i>PRES.IND</i>]-3SG
Eu quero que marcos vá | | |

(SCHOOF, 2004, p. 38-39)²⁴

²³ “Lakoff is the first syntactician who approached Latin within a formal grammatical framework (*Transformational Grammar*)” (SCHOOF, 2004, p. 43).

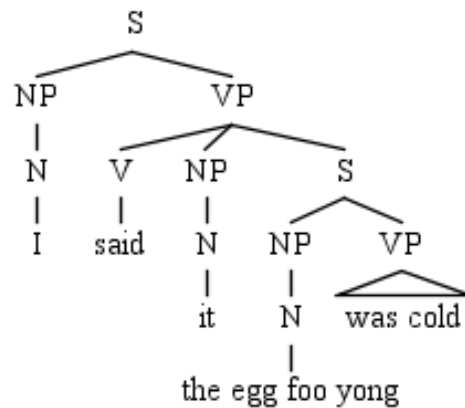
²⁴ O item *id* em (26b) é um pronome demonstrativo de terceira pessoa do singular.

Figura 8 – Diagrama arbóreo de [S *ego volo id marcus it*]

Fonte: Adaptação de Schoof, 2004, p. 40.

27) <i>I</i>	<i>said</i>	<i>that</i>	<i>the</i>	<i>egg foo yong</i>	<i>was cold</i>
NOM.1SG	dizer[PST]	que	DET	<i>egg foo yong</i>	estar[PST] frio
Eu disse que o <i>egg foo yong</i> estava frio					

(SCHOOF, 2004, p. 40)

Figura 9 – Diagrama arbóreo de [S *I said it the egg foo yong was cold*]

Fonte: Adaptação de Schoof, 2004, p. 40.

De acordo com Lakoff, então, AcIs em latim clássico seriam, em estrutura profunda, orações completivas finitas, com sujeito em nominativo. Essas estruturas, de categoria sentencial (S), seriam precedidas de um pronome *id*. Regras transformacionais seriam responsáveis por alterar a estrutura de (26b) para (26a), passando por um período hipotético *ego volo id marcus it*, o que, no entanto, não é atestado de forma empírica. Não há qualquer evidência na língua latina que justifique a formulação de uma sentença como (26b), incluindo o comportamento do pronome *id*, utilizado pela autora.

Assim, a proposta de Lakoff sofre com algumas desvantagens, observadas por Schoof (2004). Em primeiro lugar, a proposta depende de estruturas profundas que não são atestadas empiricamente, constituindo exemplos tecnicamente agramaticais da língua latina. Outras propostas agramaticais são feitas pela autora, como *volo quod marcus it acima*²⁵. Observa-se, também, que a autora não faz distinção entre AcIs e pseudo-AcIs. Conclui-se que a proposta de Lakoff tem o estatuto de suposição, que se adequa aos cânones do gerativismo na época, mas sem comprovação empírica.

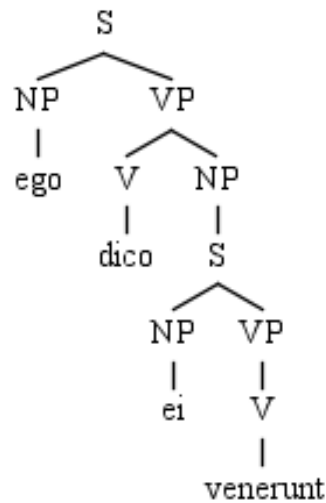
3.1.1.2.2 *RAISING-TO-OBJECT*

A proposta de alçamento a objeto (doravante RO) é uma proposta de gramática transformacional, atribuída a Postal (1974, *apud* Pillinger, 1980) e Pepicello (1977, *apud* Bolkestein, 1979), sendo este último o foco desta seção. Esta proposta se encaixa na tradição sintática transformacional. Assim como em 3.1.1.1, serão apresentadas tanto a proposta quanto a discussão que a acompanha.

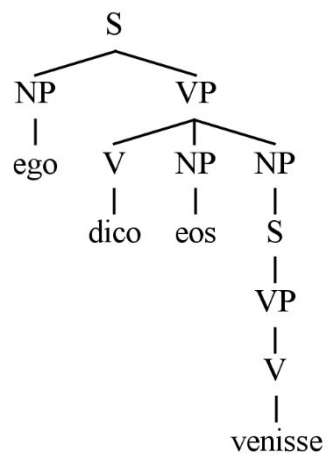
A proposta de alçamento a objeto é uma proposta transformacional que sugere uma regra gramatical que seria responsável por alçar o sujeito da oração encaixada (em estrutura profunda) à posição de complemento do verbo principal (em estrutura superficial), solucionando a questão da atribuição de Caso acusativo ao sujeito, visto que este receberia o Caso em posição de complemento do verbo finito, o que é amplamente previsto pela gramática da língua latina. As figuras abaixo²⁶ ilustram as estruturas profunda e superficial considerando a regra de RO.

²⁵ Schoof, 2004, p. 43.

²⁶ As figuras 1 e 2 são baseadas nas figuras 1 e 2 de Bolkestein (1979, p. 16-17), com modificações para evidenciar os comentários aqui realizados.

Figura 10 – Estrutura profunda de [S *ego dico ei venerunt*]

Fonte: Adaptação de Bolkestein (1979, p. 16)

Figura 11 – Estrutura superficial de [S *ego dico eos venisse*]

Fonte: Adaptação de Bolkestein (1979, p. 17)

- | | | | |
|-------------------------|---------------------|------------|--------------------|
| 28) <i>ego</i> | <i>dic-o</i> | <i>ei</i> | <i>ven-erunt</i> |
| 1SG.NOM | dizer[PRES.IND]-1SG | 3PL.NOM | vir[IND]- PERF.3PL |
| Eu disse que ele viesse | | | |
| 29) <i>Ego</i> | <i>dic-o</i> | <i>eos</i> | <i>ven-isse</i> |
| 1SG.NOM | dizer[PRES.IND]-1SG | 3PL.ACC | vir[PRES.IND]-INF |
| eu disse que ele venha | | | |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 16-17)

Nas figuras 10 e 11 acima observa-se que o item *ei/eos* ocupa duas diferentes posições e recebe duas diferentes marcações de caso em cada nível da proposta. Em estrutura profunda, *ei* é sujeito da encaixada (que o autor assume ser finita) marcado em nominativo. Já na

estrutura superficial, o item passa a ser *eos*, complemento verbal e forma acusativa do pronome. Observa-se similaridade entre esta proposta e a de Lakoff, embora Pepicello não proponha *id* em estrutura profunda.

A proposta de RO lida, ainda, com o fenômeno das passivas pessoais (NcI). Segundo a análise sugerida, o sujeito da encaixada é alçado a objeto do verbo principal, posição em que é esperado e previsto que passe a sujeito quando a oração principal se torne passiva.

A proposta de RO é amplamente criticada por Bolkestein (1979) e por Pillinger (1980), embora este último também avenge propostas próprias. Ambos os autores chegam à conclusão de que RO não pode ser a explicação por trás da marcação acusativa do sujeito encaixado.

O comportamento das AcIs em contexto de orações principais passivas é explorada em Bolkestein (1979). A proposta de RO tem, como vantagem, o tratamento de NcIs de forma simplificada. Contudo, como observa a autora, a gama de comportamentos sintáticos expressos pelos complementos infinitivos em contexto de passiva não podem ser completamente explicados por uma operação de RO. Um dos argumentos utilizados é: “a existência de passivas pessoais não precisa necessariamente ser dependente da existência de um padrão ativo contendo um objeto alçado”²⁷ (BOLKESTEIN, 1979, p. 24). Assim, o argumento de que NcIs dependem de que a contraparte ativa das sentenças apresente o sujeito acusativo em posição de objeto direto do verbo não é necessariamente válida.

Um dos universais propostos internamente à teoria utilizada por Pepicello (1977, *apud* SCHOOF, 2004) é o de que alçamento a sujeito (RS) é uma operação mais geral do que RO – línguas que aceitam RO devem aceitar RS, mas o contrário não necessariamente é verdade²⁸. A proposta de Pepicello (1977 *apud* SCHOOF, 2004) assume que o latim seria uma exceção à regra, aceitando RO, mas não RS, o que vai contra o que é estipulado na teoria. Contudo, ao assumir que a marcação nominativa do sujeito da encaixada em contexto de passiva não implica em RO anterior, uma vez que a forma pessoal da passiva não precisa assumir, obrigatoriamente, uma contraparte ativa com o item alçado a objeto, Bolkestein (1979) sugere que NcI seja efeito de um alçamento a sujeito, posterior, com base na hipótese dos ciclos

²⁷ “*The existence of personal passives need not necessarily always be dependent upon the existence of an active pattern containing a Raised Object*” (BOLKESTEIN, 1979, p. 24).

²⁸ Schoof (2004, p. 45) atribui tal universal a Ross (1972, *apud* SCHOOF, 2004), cuja proposta pode ser resumida da seguinte forma: “se RO alçamento é uma transformação possível em uma dada língua, então devemos esperar encontrar alçamento apenas à posição de sujeito ou a ambas as posições de sujeito e objeto. Não devemos esperar que haja apenas alçamento à posição de objeto” (SCHOOF, 2004, p. 45, tradução própria).

transformacionais (CHOMSKY, 1965), à passivização da oração principal. Essa proposta mantém o universal da TG mencionado acima, pois assume que o latim seja uma língua que apresenta RS e RO, como previsto.

Além do problema interno à teoria, o tratamento dado por Pepicello (1977 *apud* SCHOOF, 2004) às passivas contém outros pontos criticados pela autora. Há verbos, como *constituere*, que aceitam a passivização, mas que não aceitam a passiva pessoal. Os exemplos abaixo ilustram essa propriedade.

30)

- | | | | |
|----|---|--|--|
| a. | <i>constitu-i</i>
decidir[IND]-PERF.1SG
Eu decidi que eles devem ir | <i>eos</i>
3PL.ACC | <i>profiscisc-i</i>
partir[PRES.IND]-INF |
| b. | <i>Eos</i>
3PL.ACC | <i>profiscisci</i>
partir[PRES.IND]-INF | <i>constitut-um</i>
decidir[PART.PERF.N]-NOM.SG |
| | <i>est</i>
ser[PRES.IND.3SG]
É decidido que eles devem sair | | |
| c. | <i>*constituti</i>
decidir[PART.PERF]-NOM.PL
*Eles foram decididos a sair | <i>sunt</i>
ser[PRES.IND.3PL] | <i>profiscisci</i>
partir[PART.PERF.N]-NOM.SG |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 26)

Assumindo que RO tenha sido efetuada anteriormente à passivização, o esperado é que NcI fosse licenciado para este verbo, o que não é averiguado. Schoof (2014, p. 52) sugere que alguns problemas com a proposta de RO poderiam ser solucionados ao propor diferentes ordenamentos para as operações que são aplicadas, o que não soluciona este problema em particular. Assumindo que a passivização ocorra antes do alçamento do sujeito encaixado a objeto, encontra-se um problema significativo: a posição de objeto (à qual o sujeito deveria ser alçado) não mais estaria disponível, uma vez que é o próprio objeto que deve ser transformado em sujeito da passiva; além disso, não é esperado que um verbo em voz passiva atribua caso acusativo a seu objeto. Schoof (2014, p. 58) comenta que não há, na proposta de RO, uma forma de explicar situações em que um verbo aceite a passiva impessoal, mas não a passiva pessoal.

O alçamento a objeto também não consegue lidar com estruturas em que o verbo principal governe tanto um complemento nominal acusativo quanto uma AcI com sujeito

expresso. Bolkestein (1978, p. 27-29) indica o exemplo do verbo *admonere*, reproduzido abaixo.

31)

a. *Eam* *admone-o* *eos* *profect-os*
 3SG.F.ACC avisar[PRES.IND]-1SG 3PL.ACC partir[PART.PERF]-ACC.PL

esse
 ser[PRES.IND.INF]
 Eu aviso a ela que eles haviam saído

b. *Admonit-a* *est* *eos*
 avisar[PART.PERF]-NOM.SG ser[PRES.IND.3SG] 3PL.ACC

profect-os *esse*
 partir[PART.PERF]-ACC.PL ser[pres.ind.inf]
 Ela é avisada que eles haviam saído

c. **eam* *admonit-i* *sunt*
 3SG.F.ACC avisar[PART.PERF]-NOM.PL ser[PRES.IND.3PL]

profect-i *esse*
 partir[PART.PERF]-NOM.PL ser[pres.ind.inf]
 *Eles são avisados a ela que saíram

(BOLKESTEIN, 1979, p. 27-28)

Esse tipo de verbo aceita passivização com o objeto nominal ocupando a posição de sujeito da passiva, mas não aceita que o sujeito encaixado seja alçado a tal posição. Esse comportamento é inesperado quando se assume que o sujeito encaixado teria sido alçado à posição de complemento do verbo principal, o que o tornaria tão elegível para a posição de sujeito da principal quanto o outro complemento acusativo nominal – deixando de lado as implicações de alterar a estrutura argumental do verbo. Este é, então, outro comportamento de AclS que é incompatível com a proposta de alçamento.

Observa-se, ainda, que a proposta de RO não é compatível com situações em que o verbo matriz não é capaz de marcar o complemento com acusativo. Uma situação já citada é a de verbos em voz passiva, à qual se adiciona duas outras: verbos que marcam seu complemento com outro caso que não o acusativo e verbos que não marcam o complemento com qualquer tipo de caso. Os exemplos abaixo ilustram, respectivamente, as duas situações. Assumindo que o sujeito encaixado tenha sido alçado para a posição de complemento, sua marcação em acusativo é contrária ao comportamento dos verbos principais exemplificados.

32)

- a. *Eos* *ven-isse* *consta-t*
 3PL.M.ACC vir[IND]-PERF.INF ser certo[PRES.IND]-3SG
 É certo que eles vieram
- b. *Aequ-um* *est* *eos* *venisse*
 razoável-ACC.SG.N ser[PRES.IND.3SG] 3PL.M.ACC vir[IND]-PERF.INF
 É razoável que eles vieram

(BOLKESTEIN, 1979, p. 29)

33)

- a. *Cred-o* *marc-o*
 crer[PRES.IND]-1SG marcos[M]-SG.ABL
 Eu acredito em Marcos
- b. *Cred-o* *marc-um* *nuper*
 crer[PRES.IND]-1SG marcos[M]-SG.ACC recentemente
- aduen-isse*
 chegar[IND]-INF.PERF
 Eu acredito que Marcos chegou recentemente

34)

- a. *Confid-o* *host-ibus*
 confiar[PRES.IND]-1SG inimigo-PL.ABL
 Eu confio no inimigo
- b. *Confid-o* *host-es* *mox* *esse*
 confiar[PRES.IND]-1SG inimigo-PL.ACC presentemente ser[PRES.IND.INF]
- superatur-os*
 conquistar[PART.FUT]-PL.ACC
 Eu acredito que o inimigo vai conquistar presentemente

(PILLINGER, 1980, p. 66-67)

Além das questões levantadas até este ponto, há ainda as críticas à proposta de RO feitas por Pillinger (1980). Conforme observado por Schoof (2014, p. 52-53), as observações de Pillinger (1980) não são capazes de provar que RO seja incompatível com TG, apresentando problemas que são solucionáveis com a predição correta sobre o ordenamento de diferentes regras transformacionais – enquanto as críticas de Bolkestein (1979) são mais contundentes e representam argumentos sólidos contra a abordagem.

3.1.2 PROPOSTAS MINIMALISTAS

As propostas minimalistas elencadas para este estudo são: marcação excepcional de caso (ECM) e Caso *default*, apresentadas em Cecchetto e Oniga (2002) e Castro (2014). Essas propostas focam em descrever como se dá a atribuição de Caso acusativo ao sujeito da oração

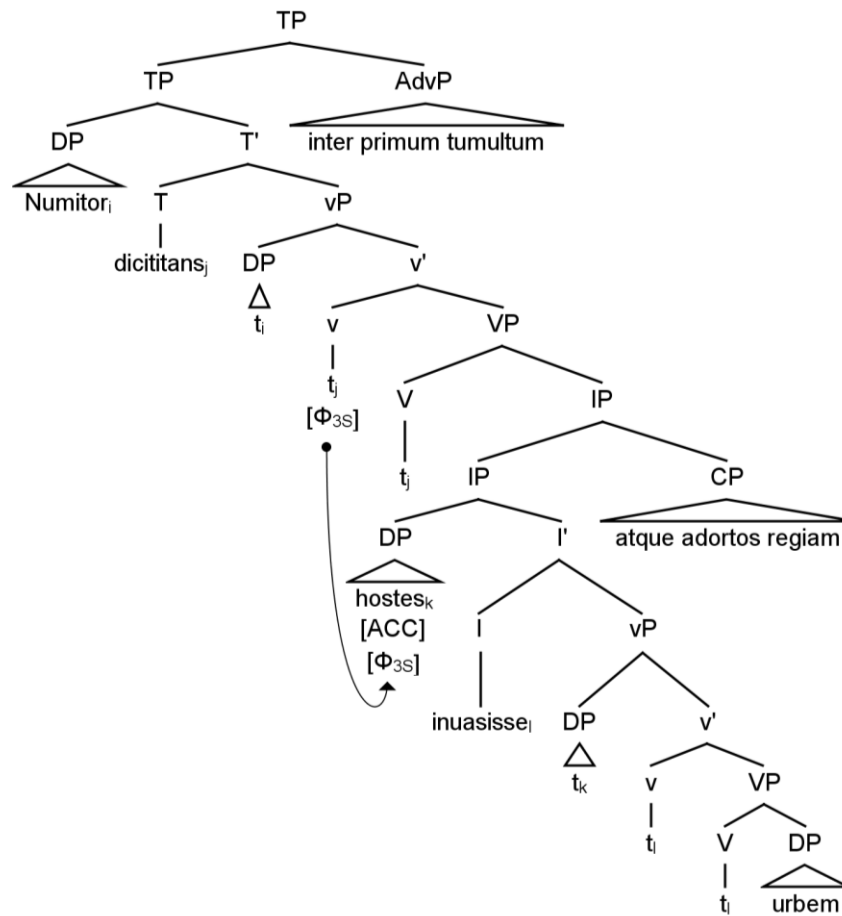
encaixada infinitiva. Incidentemente o status categorial da AcI é relevante para as relações especificadas nas propostas mencionadas.

3.1.2.1 MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO

A proposta de interpretação do fenômeno AcI como marcação excepcional de Caso (ECM) é comentada em Cecchetto e Oniga (2002), indicada como uma possibilidade de análise. A proposta de ECM consiste basicamente em sugerir que o verbo matriz atribui Caso ao sujeito da encaixada em uma relação à distância. O diagrama arbóreo abaixo ilustra a proposta de ECM na sentença (37), uma sentença coletada pelo autor deste estudo:

35) <i>Numitor</i>	<i>inter</i>	<i>prim-um</i>	<i>tumult-um</i>
numitor(M)[NOM.SG]	entre	começo-ACC.SG	tumulto-ACC.SG
host-es	inuas-isse	<i>urb-em</i>	<i>atque</i>
inimigo-ACC.PL	invadir[IND]-PERF.INF	cidade-ACC.SG	e
<i>adort-os</i>	<i>regi-am</i>	<i>dictita-ns</i>	
assaltar[PART.PERF]-ACC.PL	palácio-ACC.SG	repetir[PART.PRES]-3.SG	
Numitor, no começo do tumulto, repetia que os inimigos invadiram a cidade e assaltaram o palácio			
(Tito Lívio, <i>Ab Vrbe condita</i> , I, 6)			

Figura 12 – Diagrama arbóreo de [TP *numitor, inter primum tumultum, hostes inuasisse urbem atque adortos regiam dicititans*]



Fonte: Elaborada pelo autor

No exemplo acima²⁹ ocorre a AcI *hostes inuasisse urbem*, funcionando como complemento do verbo de dizer *dicititans*. *Hostes*, o sujeito acusativo, receberia seu caso em configuração excepcional conforme demonstrado pelo diagrama arbóreo. Neste modelo, a atribuição de acusativo seria executada pelo verbo principal, onde a relação de concordância entre *v* e DP valora o traço de Caso do sujeito como acusativo ([ACC]).

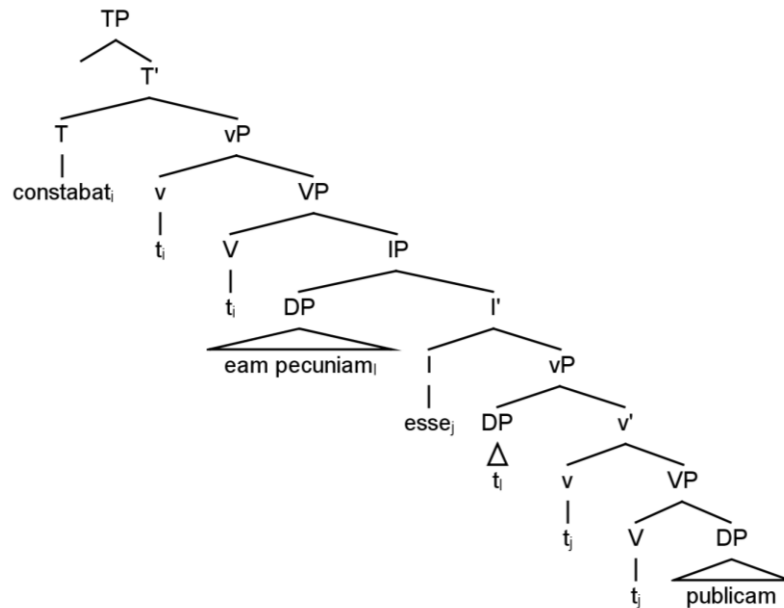
Contudo, essa proposta encontra sérias dificuldades nos casos em que a AcI complementa um verbo passivo (como no exemplo abaixo), inacusativo ou que não licencia acusativo a seu complemento. Observem-se:

- 36) *eam pecuni-am public-am esse consta-ba-t*
 ACC.2SG dinheiro-ACC.SG público-ACC.SG ser[PRES.IND.INF] saber[IND]-PST-3SG
 Era sabido que aquele dinheiro era do estado

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 22)

²⁹ A oração AcI está encabeçada por IP apenas para fins demonstrativos, não sendo esta uma decisão teórica final ou específica neste trabalho. O status categorial da oração é discutido mais a fundo em seção subsequente.

Figura 13 – Diagrama arbóreo de [TP *eam pecuniam publicam esse constabat*], em momento anterior ao movimento para a posição de sujeito da oração principal



Fonte: Elaborada pelo autor

Em (36), o sujeito da completiva infinitiva recebe acusativo. Contudo, o verbo principal não pode marcar o complemento com acusativo, visto que é impessoal, o que exclui a marcação acusativa do complemento³⁰ e, conseqüentemente, impede a relação de ECM. Sentenças como (36) acima são argumentos apresentados pelos autores que revogam a possibilidade de ECM explicar o fenômeno em mãos. Observa-se que a explicação que invalida ECM é similar à que nega RO nas críticas de Bolkestein (1979): se o verbo matriz não puder marcar seu complemento com acusativo, este será, da mesma forma, marcado por acusativo, o que é indício forte (como concordam Cecchetto e Oniga (2002)) de que o verbo principal não está associado à marcação de acusativo do sujeito da encaixada, sendo esta marcação licenciada internamente à oração completiva.

3.1.2.2 CASO *DEFAULT*

Cecchetto e Oniga (2002) comentam sobre a possibilidade de se analisar AcIs utilizando o mecanismo de Caso *default* (Castro (2014) também comenta a proposta em sua

³⁰ “Similarly, an impersonal verb like *constabat* (“it was known”) never assigns Accusative, so, the ECM type of account cannot explain why the subject *eam pecuniam* (“that money”) is accusative in (90)” (CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 22).

revisão de literatura). O Caso *default* é um mecanismo sugerido em Teoria de Caso para resolver situações em que não há a possibilidade de se atribuir Caso a um item nominal, como em frases do tipo “Maria!”, em que não há item atribuidor de Caso. Frazier (2007) afirma que “caso *default* resulta de quando um caso não puder ser atribuído por ‘mecanismos sintáticos’ ordinários”³¹. Nesta abordagem, a atribuição de acusativo ao sujeito da infinitiva é resolvida por uma operação além das relações estruturais do período.

Sobre Caso *default* como mecanismo atuante na atribuição de acusativo ao sujeito de AcIs, Cecchetto e Oniga (2002) elencam dois argumentos contrários à proposta. Em primeiro lugar os autores notam que há instâncias de marcação de Caso em estruturas que não apresentam itens atribuidores, como em (37) abaixo, em que o item nominal recebe caso nominativo e não acusativo – o que indica que o acusativo não seja o *default* em latim. Dessa forma, o mecanismo de atribuição por *default* não explicaria a marcação acusativa do sujeito de AcIs.

37)

- | | | | | |
|----|--|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| a. | <i>Quid est</i>
qual ser[PRES.IND.3SG]
Qual é o seu nome? Harpax | <i>tibi</i>
seu[DAT] | <i>nomen?</i>
nome[NOM.SG] | <i>Harpax</i>
harpax[M.NOM.SG] |
| b. | <i>Fabul-ae!</i>
histórias[F]-NOM.PL
Histórias! | | | |

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 24)

O segundo argumento contrário apresentado é interno à teoria. O conceito de Filtro de Caso representa um papel central em Teoria de Caso, uma vez que é o elemento que se certifica de que os itens nominais apresentam Caso e, somente se todos os nominais apresentarem Caso, permite que a derivação seja entregue aos níveis de interface. Essa função do Filtro de Caso é um reflexo da necessidade de que todos os itens que podem receber Caso o façam, o que motiva instâncias de *Agree*, definido na seção 1.3.2, entre itens nominais e itens atribuidores de Caso. “[O Filtro de Caso] realiza uma importante função na explicação de um grande número de fenômenos sintáticos”³². De acordo com os autores, ativar a

³¹ “Default case results when case cannot be assigned by ordinary ‘syntactic mechanisms’” (FRAZIER, 2007, p. 9).

³² “[case filter] plays a crucial role in explaining a large number of syntactic phenomena.” (CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 24).

atribuição por *default*, salvo em situações em que esta seja de fato e inegavelmente a única alternativa, enfraquece a função do Filtro de Caso, o que é indesejável para a teoria. Exemplos de situações em que *default* é necessário são aqueles em que NP está isolado ou fora da oração. Os exemplos abaixo indicam sentenças agramaticais que evidenciam a violação do Filtro de Caso:

- 38)
- a. **was seen john*
 ser[PST] ver[PART.PST] john
 *Foi visto john
- b. **the destruction rome*
 DET destruição Roma
 *a destruição Roma

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 24)

Com base nos argumentos brevemente expostos nesta seção, observa-se a incompatibilidade da proposta de Caso *default* sendo o mecanismo de atribuição de acusativo ao sujeito das AclIs no latim. Não há, primeiramente, consenso de que o acusativo seja *default* no latim, havendo inclusive fortes argumentos para o contrário. Além disso, segundo apontam Cecchetto e Oniga (2002), a aplicação de tal mecanismo neste contexto pode significar um enfraquecimento do Filtro de Caso, um argumento relativo à teoria sendo utilizada. Observando o exposto, a noção de Cecchetto e Oniga (2002), contrária à análise do sujeito acusativo por Caso *default*, aparenta ser coerente com o modelo teórico elencado para este estudo.

3.1.2.3 O COMPLEMENTIZADOR NULO

A proposta do complementizador nulo envolve, como o nome sugere, postular um núcleo C, não pronunciado fonologicamente, que introduziria as orações completivas infinitivas. Essa proposta é apresentada em Cecchetto e Oniga (2002) e expandida em Castro (2014), cujas propostas são retomadas abaixo.

3.1.2.3.1 CECCHETTO E ONIGA (2002)

Neste trabalho, os autores apresentam a proposta de que as orações completivas infinitivas do latim devem ser encabeçadas por um núcleo do tipo C. Essa sugestão teórica é modelada a partir de propostas similares para línguas como o inglês e o italiano, como os exemplos reproduzidos abaixo indicam:

39)

a.	<i>he</i> 3SG.NOM ele disse	<i>said</i> dizer[PST] que ele iria	<i>that</i> \emptyset_{that} que	<i>he</i> 3SG.NOM	<i>would go</i> iria
b.	<i>Cred-o</i> crer[PRES.IND]-1SG creio que	<i>che</i> \emptyset_{che} <i>sia</i> que seja	<i>bello</i> belo		

(CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 26)

Os exemplos acima demonstram que há contextos em inglês e italiano em que o complementizador responsável por introduzir as orações completivas pode ser fonologicamente apagado – embora permaneça ativo em nível sintático, mantendo a gramaticalidade das sentenças. De forma similar, é proposto um núcleo C (\emptyset_{comp}) que introduziria as orações completivas latinas, exemplificado abaixo. Essa proposta é fortalecida não apenas pelas categorias análogas propostas em outras línguas, mas também pelo fato de todos os demais complementos oracionais serem encabeçados por CPs em latim, como por exemplo, *ut*, *ne* e *quod*.

40) <i>Reddi-tur</i> declarar[PRES.IND]-PSV.3.SG	<i>respons-um</i> reposta(N)-NOM.SG	<i>immatur-am</i> imatura-ACC.SG	<i>rem</i> coisa[ACC.SG]
---	--	--	------------------------------------

ag-i**fazer-PRES.PASS.INF**

A reposta foi declarada que a coisa é feita imatura

(Tito Lívio, *Ab Vrbe condita*, II, 45)

Immaturam rem agi é, na sentença acima, um exemplo de AcI, em que *immaturam rem* é sujeito de *agi* – destaca-se, também, que o exemplo é do autor deste estudo, não de Cecchetto e Oniga (2002). Seguindo a proposta de Cecchetto e Oniga (2002), a AcI seria encabeçada por um CP, como na representação simplificada abaixo:

41) [TP (...) [CP [C \emptyset_{comp}][TP *immaturam rem agi*]]]

Ainda paralelamente às propostas anteriores para o inglês, os autores estipulam que \emptyset_{comp} deve ser afixal³³; contudo, contrariamente ao estipulado para a língua inglesa, o complementizador nulo latino não satisfaz seu caráter afixal ao se mover para junto do verbo principal, mas sim ao alçar o verbo infinitivo encaixado para o núcleo C. Tal movimento do verbo infinitivo para a posição do núcleo C nulo ocorre apenas em forma lógica, após a atribuição de acusativo ao sujeito. A razão ou gatilho para esse movimento seria a flexão morfológicamente rica do infinitivo latino e seu traço [+T], que não é averiguado em outras línguas, o que também explica o fato de a construção AcI ser tão específica do latim e não figurar em outras línguas como o inglês e o italiano, mesmo que essas também tenham complementizadores nulos. \emptyset_{comp} é o item atribuidor de Caso acusativo ao sujeito encaixado nessa proposta:

42) [TP (...) [CP [C *agi* + \emptyset_{comp}][TP *immaturam rem*]]]

A grande vantagem dessa proposta é a uniformidade da atribuição de Caso acusativo ao sujeito encaixado. Além disso, a inclusão de C atribuidor de acusativo mantém a relação de Caso interna à oração completiva, o que é desejável, de acordo com as observações dos autores sobre o uso de ECM como mecanismo de atribuição de acusativo ao sujeito encaixado. Contudo, uma severa desvantagem da proposta, reconhecida pelos autores, é a falta de “evidências diretas” que apoiem a explicação. Mesmo assim, observam: “entretanto, às vezes a força de uma hipótese vem da fraqueza de todas as demais alternativas disponíveis. Acreditamos que seja esse o caso para a AcI”³⁴ (CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 27).

³³ Cecchetto e Oniga (2002, p. 25-27), apontam o caráter afixal de \emptyset_{that} no inglês baseados em Stowell (1981) e Kayne (1984), argumentando que a propriedade de um elemento ser amparado por outro é proporcional a sua “leveza” morfofonológica. Dessa forma, C nulo deve ser afixal, dentro das propostas observadas – e, no caso do inglês, tal C nulo se move para junto do verbo que acompanha.

³⁴ “However, sometimes the strength of an hypothesis comes from the weakness of all the other available alternatives. We believe that this is case for AccI” (CECCHETTO E ONIGA, 2002, p. 27).

3.1.2.3.2 CASTRO (2014)

A proposta da tese de doutoramento de Castro (2014) tem um grande mérito de revisar, de forma sucinta, objetiva e completa, diversos trabalhos do tema que vieram anteriormente. A autora faz uso dessas propostas para elaborar o conceito de complementizador nulo de Cecchetto e Oniga (2002) e injetar a categoria com características que auxiliariam na explicação de diversas particularidades das Acls. Aqui são apresentadas duas hipóteses: o acusativo como um Caso *default*; a natureza categorial do complemento oracional.

Em relação ao acusativo como *default*, a autora traz exemplos (reproduzidos abaixo) em que o acusativo é acionado em contexto assumidamente desprovido de mecanismos de atribuição de Caso. Esse uso do acusativo indicaria comportamento *default*, de acordo com as definições apresentadas para a categoria³⁵.

43)

- a. *ita me miser-um*
 assim 1SG.ACC miserável-ACC
 Assim eu, miserável
- b. *ecce me!*
 eis 1SG.ACC
 Eis-me
- c. *puteol-os, anti-um, tegean-o(s), pompeios, [...]*
 pozzuoli-ACC.SG, âncio-ACC.SG, tegiano-ACC.SG, pompeia-ACC.SG, [...]
 Pozzuoli, Âncio, Tegiano, Pompeia, [...]

(RAMOS, 2014, p. 121)

Com o uso de exemplos como esses reproduzidos acima, a autora propõe que o acusativo possa “se manifestar independentemente da associação à categoria *v*, na projeção de verbos transitivos” (RAMOS, 2014, p. 123). É proposto, então, que em uso não canônico, o acusativo esteja associado a um núcleo T ativo que contenha traços [+presente] ou [+durativo].

³⁵ Castro (2014) usa a seguinte definição neste ponto de sua dissertação: “Em Schütze (2002), assume-se que a Gramática Universal inclui a noção de caso *default*, estando sua manifestação crucialmente associada aos contextos em que não existem mecanismos formais/ sintáticos licenciadores do Caso. Assim, o caso *default* manifesta-se precisamente quando os mecanismos sintáticos **não** estão disponíveis, embora mecanismos morfofonológicos estejam presentes, o que explica a vinculação aos paradigmas pronominais, considerados em termos de sua distribuição nas diferentes posições sintáticas” (RAMOS, 2014, p. 120).

Este primeiro ponto apresentado pela autora em sua proposta nega que o acusativo seja um caso *default* clássico, que ocorra puramente sem a presença de atribuidores formais de Caso, assumindo que a atribuição de acusativo não-canônico esteja relacionada a um tipo específico de núcleo flexional T. Não é feita qualquer observação sobre o mecanismo empregado para que o acusativo não-canônico seja adequadamente atribuído ao item nominal em questão. É importante observar que é assumido que núcleos flexionais completos ou definidos sejam responsáveis pela marcação de nominativo no sujeito, sendo curioso propor que a mesma categoria seja responsável pelo acusativo.

Em seguida, a autora passa a discutir sobre a natureza categorial da construção AcI. Sua proposta neste âmbito está em sugerir que as completivas oracionais infinitivas possam ser sintagmas do tipo CP ou TP. A razão para a discordância de autores anteriores (como Cecchetto e Oniga (2002) e Melazzo (2005 *apud* RAMOS, 2014)) está na realização do sujeito encaixado em nominativo, em construções do tipo NcI.

44) *Gall-i* *esse* *altissim-i* *ab* *omn-ibus*
 gaulês-NOM.PL ser[PRES.IND.INF] altíssimo-NOM.PL por todo-ABL.PL

credu-ntur
 crer[PRES.IND]-PSV.3PL
 Os gauleses serem muito altos é acreditado por todos

(PILLINGER, 1980, p.56)

Em períodos como o reproduzido acima, não é realizada a marcação do sujeito encaixado no acusativo, o que sugere que a atribuição de acusativo por \emptyset_{comp} estaria inativa, ou que a categoria “falha” em sua atribuição. A autora se mostra insatisfeita com essa resolução e sugere que o fenômeno seja explicado por uma diferença no tipo de sintagma AcI, CP ou TP, pela numeração. A seguinte tabela indicaria qual tipo de sintagma é selecionado em cada contexto.

Figura 14 – Tabela de dicotomia CP *versus* TP em AcIs

AcI			
	CP	TP (=ECM)	Exemplos
1. Verbo transitivo (v. ativa)	X		<i>Dico eum venire</i> (Digo que ele vem)
		X	<i>Jubeo te exire</i> (Ordeno-te sair)
2. Verbo impessoal (ergativo)	X		<i>Licet te exire</i> (É lícito que tu saias)
3. Complemento de nominalização	X		<i>Mirari dignus</i> (Digno de se admirar)
4. Verbo transitivo (v. passiva) com sujeito acusativo	X		<i>Romanos in Italiam transisse dictur</i> (Diz-se que os romanos atravessaram a Itália)
5. Verbo transitivo (v. passiva) com sujeito lógico no nominativo		X	<i>Romani in Italiam transisse dicuntur</i> (Diz-se que os romanos atravessaram a Itália)

Fonte: Castro, 2014, p. 218

Não é evidenciado que tipo de traço, mecanismo ou fator seria o responsável pela escolha de CP ou TP. A distribuição dá conta de explicar casos de NcI como (47) acima, embora ao custo da uniformidade explicativa da proposta de \emptyset_{comp} . Dessa forma, a autora postula que quando AcI for um TP, o caso de seu sujeito é atribuído em modelo de ECM e quando for um CP, é atribuído internamente à oração, no modelo de Cecchetto e Oniga (2002).

3.1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo da seção 3.1 são apresentadas diversas propostas teóricas acerca da oração completiva infinitiva no latim clássico, embora nem todas se alinhem com o quadro teórico assumido nesta dissertação. Dentro do escopo gerativo são refutadas as propostas de que o mecanismo de atribuição de Caso acusativo ao sujeito encaixado seja ECM ou *default*, posições que são aqui sustentadas. A proposta de Cecchetto e Oniga (2002), por sua vez, assume um mecanismo de atribuição de Caso interno à oração encaixada (o que faz sentido com base nos estudos gerativos e transformacionais sobre a oração – a atribuição de acusativo deve ser interna à oração) em forma de um complementizador nulo. Dado o sucesso dessa proposta em relação às demais, esta serve de base para a análise a ser desenvolvida em seção subsequente. A proposta de Castro (2014) assume parcialmente a categoria C de Cecchetto e

Oniga (2002), agregando a esta última opções de análise que possibilitam a análise de NcIs, fenômeno que escapa à proposta original de C nulo – embora sejam feitas, neste estudo, ressalvas relevantes para a aplicação da proposta da autora, que não será adotada como base para as análises aqui desenvolvidas.

3.2 O STATUS CATEGORIAL DA ACI

A construção AcI, conforme exposto, apresenta um grande número de propostas teóricas associadas. As análises linguísticas formais surgem em 1968, com o trabalho de Lakoff, e continuam ao longo das décadas. Cada um em sua própria tradição, linguistas tratam a AcI como diferentes tipos de sintagmas: NP, S, TP e CP, principalmente. Esta seção se dedica a retomar o debate sobre o tipo categorial da construções AcI, avaliando sua aplicabilidade.

O complemento oracional sendo tratado como NP é uma peculiaridade que surge de seu tratamento como um item nominal, atrelado principalmente à sua capacidade de apresentar caso morfológico (nominativo neutro); é dessa forma, ou seja, como um sintagma nominal, que é tratado por gramáticos latinos³⁶. Na abordagem transformacional os sintagmas AcI passam a figurar como sentenças, isto é, S em estrutura profunda e NPs em estrutura superficial, seguindo as propostas de Lakoff (1968 *apud* Schoof, 2004) e Pepicello (1977 *apud* Bolkestein, 1978). O caráter nominal das AcIs foi defendido com a finalidade de explicar sua capacidade de se inserir na estrutura como complemento verbal e por permitir passivização.

Nas abordagens transformacionais, então, o caráter categorial da estrutura completiva infinitiva do latim é ambíguo, ora S, ora NP. O trabalho de Cann (1983) é creditado por Schoof (2004) como efetivamente eliminando a ambiguidade, assumindo que a oração AcI seja de fato uma oração e não um item nominal³⁷. O tratamento da construção como um item oracional vai de encontro com as propriedades exibidas por ela: seleção de sujeito e complemento e marcação de tempo e voz. Assumindo que orações completivas finitas também podem ser sujeito e complemento de verbos, atuando inclusive em passivas, não há motivo para argumentar que AcIs devam ser itens nominais.

³⁶ “Just as Woodcock, he [Pepicello] analyses the AcI as a complex (clausal) NP, thus allowing for passivization” (SCHOOF, 2004, p. 48).

³⁷ “Cann gets rid of this categorial ambiguity: the AcI is a clause” (SCHOOF, 2004, p. 65).

Dentro dos estudos gerativos elencados nesta dissertação há dois tratamentos: a AcI como CP e a AcI como TP – este último sendo contribuição de Castro (2014). Tratar AcI como CP apresenta vantagens. Em primeiro lugar, a distribuição das demais orações completivas em latim clássico está atrelada a um complementizador como *ut*, *ne* e *quod*, por exemplo, como já observado anteriormente. Tratar as completivas infinitivas como sendo encabeçadas pelo mesmo tipo de categoria que as contrapartes finitas mantém a uniformidade da classe gramatical³⁸. Além disso, estudos de outros fenômenos de complementação infinitiva em línguas românicas atuais também propõem que estas orações completivas sejam tratadas como CPs, a saber, Cyrino (2010), Chomsky (2005, 2006, *apud* Cyrino, 2010), Hornstein *et al* (2018), Ambar e Jiménez-Fernández (2017), dentre outros.

Categorizar AcIs como TP abre um problema dentro da proposta de Castro (2014): a uniformidade. A proposta da autora recorre à categorização da estrutura como um TP em dois contextos: quando em verbos do tipo *jubendi* e quando em estruturas NcI. Desses, o primeiro é resolvido ao considerarmos a distinção de Bolkestein (1976b, 1979) sobre AcIs e pseudo-AcIs. Nem sempre, no latim, a sequência de DP_{acc} + T_{inf} corresponde a uma oração AcI, como indicam os exemplos (5-6), reproduzidos novamente abaixo:

- | | | |
|--|------------------------|-------------------------------|
| 45) <i>dicu-nt</i>
dizer[PRES]-3SG
Dizem eu vir / Dizem-me para vir. | [<i>me</i>
1SG.ACC |] <i>ven-ire</i>]
vir-INF |
| 46) <i>hortan-tur</i>
exortar[PRES]-3SG
Exortam eu vir / Exortam-me a vir. | [<i>me</i>
1SG.ACC |] <i>ven-ire</i>]
vir-INF |

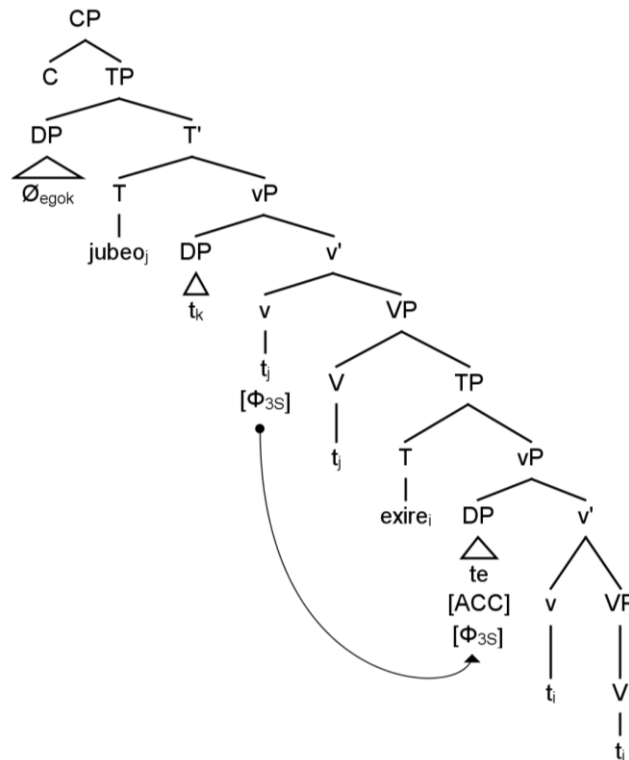
As sentenças reproduzidas acima indicam, respectivamente, uma oração AcI e uma oração pseudo-AcI. A diferença está na transitividade verbal – verbos como *dicunt*, em (48), regem um único complemento, composto por um verbo infinitivo e seu sujeito acusativo, enquanto verbos como *hortantur*, em seu uso em (46)³⁹, regem dois complementos, tanto um verbo infinitivo quanto um objeto acusativo, que não constituem uma unidade sintagmática.

Em sua análise, Castro (2014), conforme expresso na figura 14, assume que uma sentença como *jubeo te exire* seja uma AcI (*jubeo [te exire]*; ordeno que tu saias), enquanto outros autores, como Bolkestein (1976b, 1979) assumem que verbos jussivos no latim

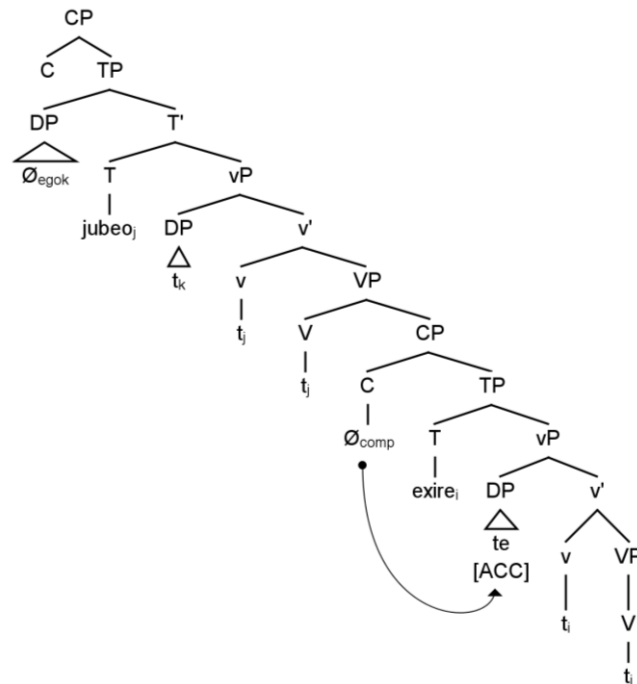
³⁸ O mesmo ponto é feito por Adger (2002, p. 253) para o inglês: “Given that finite clauses can be headed by complementizers, the natural assumption is that non-finite clauses may be as well, completing the parallel”.

clássico não governem AcIs, mas sim pseudo-AcIs (*jubeo [te] [exire]*; ordeno-te a sair). Mesmo que seja assumida a configuração AcI para os complementos do verbo jussivo *jubeo*, não é evidente a necessidade de que tal contexto deva ser resolvido por ECM. Abaixo estão representados dois modelos de derivação, um assumindo ECM e outro assumindo C nulo, indicando que ambos os modelos funcionam, não havendo necessidade de não postular C nulo em tais situações, uma vez que sua presença não impossibilita a derivação.

Figura 15 – Diagrama arbóreo de [CP *jubeo te exire*] (ECM)



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 16 – Diagrama arbóreo de [CP *jubeo te exire*] (C nulo)

Fonte: Elaborada pelo autor

Como as figuras 15 e 16 acima indicam, é possível derivar a sentença *jubeo te exire* usando tanto a proposta de ECM quanto a proposta de \emptyset_{comp} , quando assumindo que *te exire* forme um sintagma único, uma AcI. Como foi abordado anteriormente, a atribuição de acusativo ao sujeito deve ser feita internamente à oração encaixada; é relevante apontar que, mesmo assumindo que o verbo *jubeo* possa governar uma AcI, não há qualquer perda ao se incluir um complementizador nulo na derivação, ao passo que sugerir ECM nestes casos vai contra o que já se havia estabelecido sobre a construção. Em relação aos diagramas arbóreos acima, não há a representação de quais são os traços sonda e alvo nas relações de *Agree* entre os núcleos atribuidores de Caso e o DP sujeito – tal omissão se dá pois as particularidades dos traços envolvidos não são imediatamente relevantes para o problema, sendo o traço sonda do complementizador nulo abordado em momento posterior deste texto; as setas indicam as relações de *Agree*.

Mesmo se uma sentença como *jubeo te exire* for considerada uma AcI, posição que não é aqui assumida, tomando por base Bolkestein (1976b, 1979), a diferenciação entre C e T é inconsequente, como demonstrado acima. Um outro ponto que é aqui utilizado para validar a ocorrência de C em AcIs é a ocorrência de exemplos como (47) abaixo, reproduzidos novamente, em que é possível observar que AcIs não exercem controle sintático sobre os

participantes da oração encaixada, ao passo em que pseudo-AcIs o fazem. Esse comportamento é aqui atribuído à presença de C em AcIs, o que proporciona à oração encaixada um ambiente sintático-semântico em que o verbo principal não pode exercer controle semântico.

47)

- | | | | |
|----|---------------------------------|-----------------|-----------------------|
| a. | dic-o | port-am | pat-ere |
| | dizer[PRES.IND]-1SG | porta[F]-SG.ACC | estar aberta-INF.PRES |
| | Digo que a porta está aberta | | |
| b. | *cog-o | port-am | pat-ere |
| | Forçar[PRES.IND]-1SG | porta[F]-SG.ACC | estar aberta-INF.PRES |
| | Eu forço a porta a estar aberta | | |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 21)

A ocorrência do elemento inanimado *portam* é permitida em AcIs, como (47a), mas é proibida em pseudo-AcIs, como (47b). O segundo problema apresentado pela autora, referente às NcIs, é mais complexo. A ocorrência de NcI aparenta indicar que não há um mecanismo interno à AcI que atribua acusativo ao sujeito, que então recebe nominativo na oração principal. Ambar e Jiménez-Fernández (2017) apontam: “no quadro teórico de Chomsky (1981), o problema levantado pela escolha de CP vs IP foi resolvido ao postular a deleção de S’ (CP) em alguns ambientes – os contextos de alçamento – para permitir alçamento de sujeito e licenciamento de seu traço”⁴⁰ (AMBAR E JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, 2017, p. 18). Essa observação indica que situações similares a NcI (onde o sujeito encaixado sofreria RS, de acordo com proposta transformacional, ou receberia Caso nominativo *in situ*) podem ser resolvidas internamente à derivação, sem obrigatoriamente postular uma divisão categorial entre as AcIs a nível lexical. Mesmo com a observação dos autores, intenciona-se apresentar outra proposta teórica que solucione o aparente paradoxo de NcIs, a saber, como pode o sujeito encaixado receber Caso externamente à oração infinitiva se deve receber Caso internamente a esta, sem recorrer à deleção da categoria C.

⁴⁰ “In Chomsky’s (1981) framework, the problem raised by the CP vs. IP choice was solved by postulating the deletion of S’ (CP) in some environments – the raising contexts – to allow subject raising and licensing of its trace” (AMBAR E JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, 2017, p. 18).

3.3 VALORES SEMÂNTICOS ASSOCIADOS A AcI

Em relação à semântica dos elementos das orações AcI, encontra-se pouca discussão. Bolkestein (1979, p. 21) aponta que tanto o sujeito acusativo quanto o verbo infinitivo encaixado não apresentam restrições semânticas ligadas ao verbo matriz. Em relação ao sujeito acusativo, a autora indica que este não apresenta restrições em seus traços semânticos, ao contrário do que acontece com objetos diretos de verbos similares na língua. Isso é ilustrado com os exemplos abaixo, uma reprodução do exemplo (25), nos quais em (48a) o verbo *dico* é complementado por uma AcI, *portam patere*, e em (48b) o verbo *cogo* não seleciona uma AcI, mas sim um substantivo e um infinitivo, em uma configuração pseudo-AcI:

48)

- | | | | |
|----|---------------------------------|-----------------|-----------------------|
| a. | dic-o | port-am | pat-ere |
| | dizer[PRES.IND]-1SG | porta[F]-SG.ACC | estar aberta-INF.PRES |
| | Digo que a porta está aberta | | |
| | | | |
| b. | *cog-o | port-am | pat-ere |
| | Forçar[PRES.IND]-1SG | porta[F]-SG.ACC | estar aberta-INF.PRES |
| | Eu forço a porta a estar aberta | | |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 21)

Os exemplos acima ilustram a discrepância no nível de restrição semântica entre um verdadeiro sujeito da AcI e um argumento interno do verbo matriz, respectivamente. O item *portam* é agramatical em (48b), sentença na qual o controle exercido pelo verbo *cogo* não permite que o item acusativo seja realizado por um nome [-animado]. Já em (48a), tal restrição não está presente. Isso indica, na proposta da autora, que o item acusativo de AcIs esteja, de fato, distanciado do verbo, o que é perceptível pela falta do controle semântico do verbo principal em tais contextos.

Similarmente aos itens acusativos, os itens infinitivos também deixam de sofrer controle semântico do verbo matriz quando em configuração AcI. Isso é evidenciado pela restrição na realização temporal dos infinitivos em configurações AcI e pseudo-AcIs.

49)

- | | | | |
|----|-----------------------------------|---------|----------------------------|
| a. | dic-o | te | laud-ari |
| | dizer[PRES.IND]-1SG | 2SG.ACC | elogiar[IND.PRES]-PASS.INF |
| | Digo que você está sendo elogiado | | |

- | | | | |
|----|------------------------------------|---------|----------------------------|
| b. | *cog-o | te | laud-ari |
| | forçar[PRES.IND]-1SG | 2SG.ACC | elogiar[IND.PRES]-PASS.INF |
| | Forço que você está sendo elogiado | | |

50)

- | | | | |
|----|----------------------|---------|-------------------|
| a. | dic-o | te | ven-isse |
| | dizer[PRES.IND]-1SG | 2SG.ACC | vir[IND]-PERF.INF |
| | Digo que você veio | | |
| b. | *cog-o | te | ven-isse |
| | forçar[PRES.IND]-1SG | 2SG.ACC | vir[IND]-PERF.INF |
| | Forço que você veio | | |

(BOLKESTEIN, 1979, p. 21)

Os pares de exemplos acima ilustram que, em contextos de pseudo-AcI (os exemplos com o verbo matriz *cogo*) o infinitivo é controlado pelo verbo matriz, não podendo aparecer em um tempo desconexo (como em (50b)) ou em voz desconexa (como em (49b)). Já em contexto de AcI, tais restrições não impactam o infinitivo encaixado (como em (49a) e (50a)).

Assume-se, então, que as AcIs estejam ligadas a algum tipo de seleção categorial ou semântica, o que explica sua ocorrência restrita a alguns grupos verbais, conforme discutido na introdução deste trabalho. Contudo, os elementos da AcI não são semanticamente regulados pelo verbo matriz. Essa liberdade semântica aparenta indicar que não seja possível apontar a marcação de acusativo do sujeito encaixado como reflexo de algum fator semântico. Assim, não daremos sequência a essa linha de pesquisa.

3.4 PROPOSTAS DE ANÁLISE

Neste capítulo são apresentadas e comentadas uma série de propostas já presentes na literatura sobre o *accusativus cum infinitivo*. O objetivo desta seção é aventar uma nova proposta, autoral, de análise para o fenômeno das AcIs em latim clássico, com foco em agregar às análises anteriores que tenham mérito interno ao quadro teórico selecionado para este estudo.

Como observado na seção anterior, o estudo de Cecchetto e Oniga (2002) e sua proposta de introduzir um complementizador nulo, atribuidor de acusativo, traz vantagens em relação a outras hipóteses de análise: mantém a atribuição de acusativo interna à oração encaixada; traz uniformidade à classe de complementos oracionais da língua; dialoga com

propostas de problemas similares em outras línguas. Parece óbvio, dadas as demonstrações de diferentes autores, reproduzidas neste capítulo, que a atribuição de acusativo ao sujeito deva se manter interna à sentença encaixada. A proposta do complementizador nulo é, contudo, desafiada pelo fenômeno NcI, em que o sujeito de uma AcI seja marcado em nominativo em algumas orações passivas. Se o núcleo C proposto atribui acusativo ao sujeito, como explicar que este possa aparecer marcado por nominativo posteriormente na derivação? Cecchetto e Oniga (2002, p. 25) indicam que a diferença entre uma derivação de um verbo matriz passivo com AcI e uma com NcI está na presença do C nulo: caso o núcleo funcional esteja presente, NcI é impossível, pois o sujeito receberá Caso antes de poder receber nominativo, já caso o núcleo funcional não esteja presente, NcI é necessária para que o sujeito da encaixada receba Caso, uma vez que o núcleo atribuidor de acusativo não estaria presente. Essa proposta, entretanto, falha em explicar qual é o contexto que regula essa diferença na marcação de caso do sujeito da encaixada. Por que o núcleo C estaria presente de forma arbitrária nas derivações? Por que isso ocorre nas passivas, mas não nas sentenças ativas?

Castro (2014) propõe uma diferenciação no status categorial das AcIs, em uma abordagem muito semelhante à de Cecchetto e Oniga (2002). Contudo, a explicação da autora não indica uma motivação para a cisão categorial na classe das AcIs. Uma questão importante permanece: o que estaria regulando a diferença nesta qualidade das orações completivas infinitivas latinas? De acordo com a autora (cf. RAMOS, 2014, p. 128-132) há uma diferença na qualidade de definitude de C. A autora propõe que, dada a qualidade de independência temporal e de voz dos infinitivos em AcI, observada na seção 3.3 acima, o complementizador nulo nessas orações seja definido ([definido]), enquanto em contextos de pseudo-AcI, C seria indefinido ([indefinido]). Segundo a autora isso possibilitaria que, em construções pseudo-AcI, uma relação ECM se estabelecesse⁴¹.

A proposta de Castro (2014) cobre o problema deixado pela teoria de Cecchetto e Oniga (2002), motivando a distinção entre contextos em que uma passiva seleciona uma oração AcI ou uma NcI. É válido observar, ainda, que as sugestões da autora sobre a natureza das restrições semânticas dos infinitivos vão de encontro com aquelas observadas por Bolkestein (1979). Contudo, as consequências de tal proposta ficam ainda obscurecidas: qual fator licencia C? Pelo que é indicado, C é licenciado sendo ou não definido. Além disso, em contextos de AcI, em que C teoricamente deveria ser definido e, portanto, atribuir acusativo

⁴¹ Em sua tabela (Ramos, 2014, p. 128) a autora indica que uma sentença como *jubeo te exire*, pseudo-AcI, seja um exemplo de ECM.

ao sujeito encaixado, ainda é possível encontrar situações de NcI. Finalmente, a definitude de C não é indicada como fator que regula sua ocorrência, criando a dicotomia entre orações infinitivas encabeçadas por C ou T.

Dados os questionamentos levantados acerca das propostas de Cecchetto e Oniga (2002) e Castro (2014), entende-se que é interessante aventar nova proposta teórica, embora reconheça-se que ambos os trabalhos elevam muito o entendimento sobre a construção AcI dentro da perspectiva gerativista. A questão que motiva a criação de nova proposta teórica resume-se em atentar para detalhes teóricos que podem ser melhorados em relação às propostas dos autores. Como ponto de partida, será assumida a proposta do complementizador nulo (doravante Cinf) de Cecchetto e Oniga (2002), tendo em vista que é capaz de explicar a maioria dos pontos teóricos acerca da construção AcI, encontrando problemas a partir do ponto em que NcIs se tornam uma opção dentro da gramática da língua, o que torna este ponto específico o enfoque da proposta a ser desenvolvida. Assim sendo, de forma similar a de Castro (2014), intenciona-se construir uma proposta com base na proposta de Cecchetto e Oniga (2002). Em relação a essa autora, em contraste com estes, sua proposta teórica apresenta alguns pontos não muito claros para os autores deste trabalho, motivo pelo qual se tentará, dentro do possível, desviar-se do que é proposto pela autora, explorando outra rota argumentativa e tentando cobrir os problemas apontados acima.

Inicialmente, disputa-se a proposta de Castro (2014) de que a categoria AcI seja dividida entre AcIs encabeçadas por C ou por T. Essa disputa se baseia em alguns fatores principais. Inicialmente, aparenta ser consenso entre um número não desprezível de autores de que sentenças sejam encabeçadas por C – mesmo sentenças infinitivas, como já apontado neste texto. Assim, manter as AcIs sendo introduzidas por C aparenta ser positivo. Além disso, crucialmente, a proposta da autora em relação a orações como “*jubeo te exire*”, que seria um dos dois contextos de exceção para a ocorrência de C em AcIs enfrenta dois problemas importantes. A autora propõe que [*te exire*] seja uma oração AcI do tipo TP, sem um complementizador atribuidor de acusativo, onde o sujeito *te* recebe acusativo em configuração de ECM. Contudo, nota-se que: a) verbos do tipo *jubere*, verbos jussivos, são apontados, conforme indicado no capítulo de introdução deste trabalho, como governando estruturas pseudo-AcIs, onde, no exemplo dado, *te* seria encaixado na derivação como argumento interno de *jubeo*, não sujeito de *exire*; b) mesmo se, forçosamente, [*te exire*] for AcI, não há motivo que impeça a ocorrência de Cinf – é desnecessário propor que casos como esse sejam resolvidos através de ECM. O segundo caso que demanda a não ocorrência de

Cinf é o das NcIs, problema que intenciona-se resolver aqui. Portanto, para o desenvolvimento dessa hipótese explicativa, as AcIs serão consideradas como sendo integralmente iniciadas por Cinf, atribuidor de acusativo.

A voz passiva, segundo Gleason (2016), é uma categoria em evolução na língua latina até a era clássica. Segundo o autor, estudos sobre o proto-indo-europeu (PIE) indicam que a passiva seja uma inovação das línguas que derivam desta. Assim, Gleason (2016) argumenta que a oposição entre as passivas pessoais e impessoais seja um reflexo dessa evolução, um argumento também utilizado por Bassols de Climent (1956b, p. 230). Contudo, ambos os autores argumentam em direções opostas. Gleason (2016) afirma que as orações passivas do tipo NcI, pessoais, seriam mais antigas na língua latina do que as contrapartes impessoais (passiva + AcI)⁴². Bassols de Climent (1956b), no entanto, utilizando uma proposta de análise próxima à hipótese de expansão, criticada por Bolkestein (1979), afirma que verbos de “linguagem e entendimento” traziam à tona poucas configurações passivas pessoais (NcI), mas que tal uso evolui ao longo da língua. Ou seja, ambos os autores indicam haver mudanças estruturais no uso das passivas ao longo do desenvolvimento do latim, mas são antagônicos em relação ao direcionamento de tais mudanças; assume-se, aqui, que Bassols de Climent (1956b) esteja correto em suas observações – entretanto, Gleason (2016) abre um caminho interessante para futuras investigações ao propor que estudos de *corpus* sejam realizados para averiguar a real produtividade de tais passivas.

Observa-se, então, que estruturas NcI sejam inovações da língua latina (cf. Bassols de Climent, 1956b, p. 230-231) e que seu uso segue um padrão de expansão à medida em que a língua avança no tempo. Contudo, a análise que aqui se presta não tem caráter diacrônico ou quantitativo. A questão que deve ser abordada, então, é qual mecanismo opõe ambas as formulações da passiva com complemento oracional infinitivo, nomeadamente, a pessoal (NcI) e a impessoal (AcI + passiva). Tanto Gleason (2016) quanto Pinkster (1995, p. 166)⁴³ indicam que há um caráter discursivo em tal uso. Segundo os autores, o uso do sujeito nominativo (em configuração da passiva pessoal) serve para, ou chamar atenção para o sujeito (cf. Pinkster, 1995), ou alterar o foco discursivo do item nominativo anterior para o sujeito da passiva (cf. Gleason, 2016). Já o uso da passiva impessoal serviria para, ou chamar a atenção

⁴² Destaca-se que o autor, em nota de rodapé, reconhece que essa proposta é feita com base em pesquisas iniciais em *corpus*, que devem ser aprofundadas.

⁴³ “Sin embargo, [...] ya apuntan que en determinadas circunstancias se prefiere la construcción impersonal, p.e., cuando el punto más relevante es lá cuestión de ante quién, por qué o cómo se ha hecho la afirmación. En cambio, resulta preferida la construcción personal cuando un constituyente de la predicación incrustada es el Foco y la predicación incrustada como conjunto no forma una unidad pragmática” (PINKSTER, 1995, p. 166).

para a ação em si (cf. Pinkster, 1995), ou manter o foco discursivo no item nominativo anterior (cf. Gleason, 2016). Em ambas as propostas, fato é que, ao que indicam os autores, a alternância entre passivas NcIs e AcIs é um contexto discursivo, indicando se a posição de sujeito deve ser ocupada por um item nominal (que possa receber nominativo) ou não.

Chamemos a propriedade da passiva de requerer sujeito expresso em nominativo de Pessoaalidade. Ao considerar essa propriedade como sendo uma propriedade do verbo (em alguma capacidade, já que é expressa pela passiva), pode-se tratar tal característica como um traço: [P]. Considere [P] como abaixo:

- 51) Pessoaalidade ([P]): um traço de sentenças passivas latinas que desencadeia um alçamento a sujeito (RS) de um item nominal disponível na sentença, para receber nominativo.

Essa propriedade pode ser averiguada, também, em contexto de passivas de verbos indiretos ou com complementos circunstanciais, de acordo com Bassols de Climent (1956a, p. 272-273) – o autor também indica que, no período clássico, esse uso seja menos comum, embora seja abundante na língua popular e na poesia. O que parece estar ocorrendo, tanto em contextos de passivas com complementos oracionais infinitivos, pessoais ou não, quanto em contextos de passivas com objetos indiretos ou circunstanciais, é a influência de algum contexto inovador na língua, que motiva a variação entre as duas possibilidades de passiva. De acordo com os autores indicados acima, a motivação aparenta ser discursiva, mas observa-se que é difícil ou ainda impossível determinar, com precisão, a natureza pragmática ou discursiva exata da aplicação de uma forma de passiva frente a outra. Dessa forma, objetiva-se aqui indicar as observações feitas por demais estudiosos da língua, mas sem atribuir de forma final um julgamento acerca das propriedades discursivas do fenômeno. Basta, para fins da análise que aqui se desenvolve, observar que ambas as passivas se alternam e têm como diferença entre si o alçamento do sujeito encaixado, sendo a alternância suscitada por fatores pragmáticos e/ou semânticos que, embora não completamente especificados, estão associados a propriedades discursivas como manutenção ou indicação de foco discursivo.

Com as observações feitas até este ponto, tem-se que as orações passivas no latim apresentam duas variedades: pessoais e impessoais. Com as observações de Bassols de Climent (1956a) sobre a voz passiva e as observações feitas acima, pode-se chegar à seguinte distribuição:

Tabela 4 – Distribuição de passivas por tipo de verbo

	Passiva pessoal	Passiva impessoal
Verbos com objeto direto	Ocorre	Não ocorre
Verbos sem objeto	Não ocorre	Ocorre
Verbos com complemento indireto ou circunstancial	Ocorre	Ocorre
Verbos com complemento oracional infinitivo	Ocorre (NcI)	Ocorre (AcI + passiva)

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base no comportamento delineado, a passiva no latim clássico parece seguir a seguinte regra: quando houver um objeto direto, a contraparte passiva deve ter tal objeto alçado à posição de sujeito; quando não houver qualquer item nominal passível de alçamento, a passiva será impessoal; quando não houver objeto direto, porém houver item nominal, a passiva pode se construir em forma impessoal (mais antiga, de acordo com observações feitas acima) ou em forma pessoal, com tal item alçado à posição de sujeito da passiva. Soma-se, a tal comportamento, a proposta de alternância baseada em fatores de natureza pragmática, semântica e/ou discursiva – obtendo, então, passivas [+P], que demandam um sujeito marcado por nominativo, e passivas [-P], que não apresentam tais demandas. Resta demonstrar os mecanismos sintáticos que licenciam tal alternância.

Antes de mapear as derivações das sentenças NcI e AcI + passivas a fim de demonstrar suas diferenças estruturais, é importante adicionar um mecanismo teórico importante. Na seção de aporte teórico deste trabalho, discutiu-se sobre Teoria de Fases e Teoria de Traços (em particular no que diz respeito aos traços de Caso). Abordou-se, em tal seção, a noção de que os itens da derivação devam estar ativos para entrar em relações de Agree, sendo tal noção condicionada à presença de traços ininterpretáveis associados ao item – um item sem traços ininterpretáveis não estaria ativo. Em relação a itens nominais (como o sujeito da infinitiva encaixada, foco da distinção NcI *versus* AcI), apontou-se o traço de Caso como único traço ininterpretável disponível; assim, quando um DP, entrando em Agree com um núcleo atribuidor de Caso, valorar seu traço, este seria deletado por uma operação do sistema, de forma concomitante, tornando tal item nominal inativo para futuras relações. Contudo, Bruening (2001, p. 286) apresenta uma alternativa à deleção como determinada em momentos anteriores da teoria, sugerindo que a deleção se aplique no momento de Spell-Out, não no momento em que o traço ininterpretável é valorado ou em que o item associado entra em Agree. Essa noção é importante para a proposta que aqui se desenvolve – esse “atraso” na

deleção do traço ininterpretável do sujeito encaixado será essencial em permitir a ocorrência de NcIs, como é demonstrado a seguir.

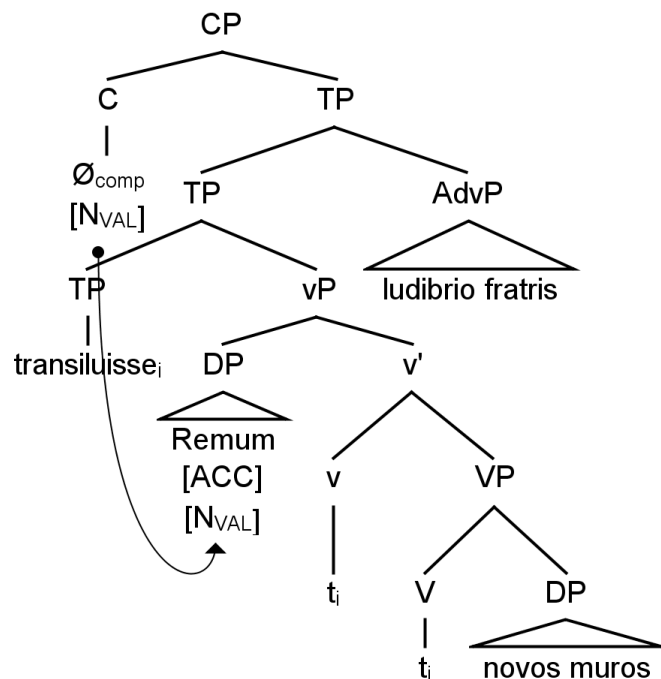
Antes de passar à demonstração da resolução do problema das NcIs, a proposta de C nulo é retomada com a sentença *volgatior fama est ludibrio fratris remum novos transiluisse muros*. Essa sentença, com o verbo principal ativo, é perfeitamente compatível com C nulo. Dois momentos da derivação são evidenciados abaixo.

52) Volgat-ior comum-NOM.SG	fam-a história[F]-NOM.SG	est ser[PRES.IND.3SG]	
ludibri-o zombaria[N]-ABL.SG	fratr-is irmão[M]-GEN.SG	rem-um Remo[M]-ACC.SG	nov-os novos-ACC.PL
transilu-isse transpor[IND]-PERF.INF	mur-os muro[M]-ACC.PL		

A história comum é que Remo, em zombaria a seu irmão, pulou os novos muros.

(Tito Lívio, *Ab Vrbe condita*, I, 7)

Figura 17 – Diagrama arbóreo de [CP *ludibrio fratris remum transiluisse novos muros*]



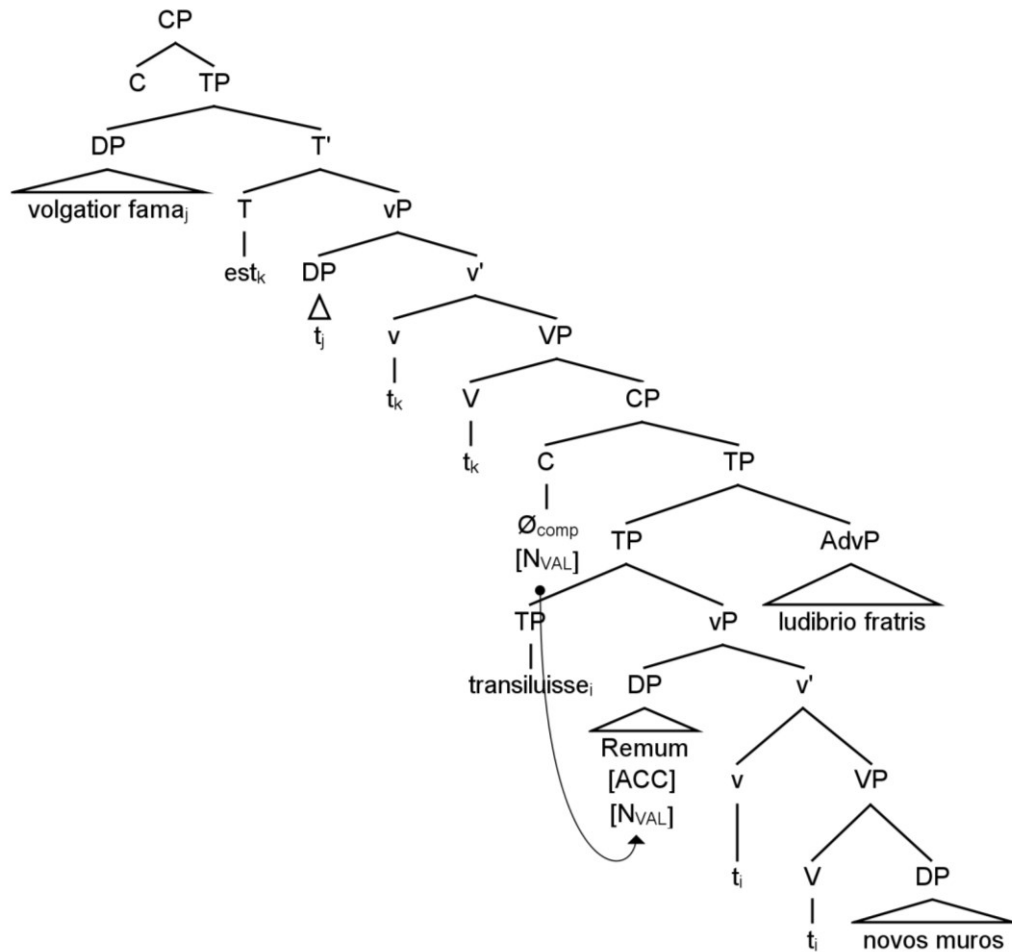
Fonte: Elaborada pelo autor

Na figura acima está representado o momento da derivação em que o complementizador nulo é somado à estrutura completiva infinitiva. Assumindo o Princípio de Precocidade, esse também é o momento em que as operações que concernem tal núcleo

devem ocorrer – a operação de interesse é aquela que atribui acusativo ao sujeito da sentença encaixada. Cecchetto e Oniga (2002) não indicam que tipo de traço ou configuração estrutural seriam responsáveis pela relação entre C e o sujeito da sentença, então aqui são tomadas algumas liberdades e posições próprias em relação à proposta. Em primeiro lugar, é preciso entender como interagem C e o DP sujeito. Comumente, relações estruturais de Caso, em modelo de interações sonda-alvo e *Agree*, sejam resolvidas por traços-phi ininterpretáveis no núcleo atribuidor de Caso que, então, entra em concordância com o item que vai receber Caso, como, por exemplo, é a atribuição de nominativo. Contudo, não há qualquer reflexo morfofonológico de tal concordância de número e pessoa e esta, também, não é averiguada entre itens nominais e outros complementizadores latinos, uma classe de palavras tida como indeclinável. Assim, opta-se por não utilizar a concordância de traços-phi como mecanismo que estabelece a interação entre C e o DP sujeito – em seu lugar, foi indicado um traço [N], indicando o caráter nominal do DP, como uma alternativa neutra de análise.

Outra decisão tomada nesta dissertação é a de não movimentar o sujeito para uma posição de SpecT ou SpecC. Sugerir qualquer movimento necessitaria de motivações teóricas plausíveis e, além disso, o movimento é desnecessário, como se observa em momento posterior desta seção, ao discutir-se a derivação de NcIs; é importante observar que, no ponto da derivação representado acima, a única fase é vP e, portanto, apenas seu complemento é enviado para *spell-out* – crucialmente, TP não é uma fase, uma vez que é defectivo, portanto Specv não está indisponível para uma relação de *Agree* com C, já que o complemento de T defectivo não é enviado para *spell-out*, uma vez que T defectivo não é fase. Destaca-se que CP, nesta abordagem, também não constitui uma fase e seu complemento também não será enviado para *spell-out*.

Figura 18 – Diagrama arbóreo de [CP *volgator fama est ludibrior fratris remum novos transiluisse muros*]



Fonte: Elaborada pelo autor

O diagrama acima representa o final da derivação da sentença (53). Relações além daquela entre C nulo e DP sujeito encaixado são omitidas por conveniência, assumindo que ocorrem dentro dos parâmetros teóricos estabelecidos no primeiro capítulo deste trabalho. Dessa forma, a sentença é satisfatoriamente derivada, sem problemas internos que pudessem causar *crash*. Não é, no modelo utilizado, preciso que acusativo seja atribuído ao sujeito encaixado por ECM ou por *default* e a atribuição permanece interna à sentença completiva. Com a posição e as vantagens de \emptyset_{comp} recapituladas e explicitadas e com posicionamentos internos a esta dissertação bem estabelecidos, passa-se, a seguir, a explorar contexto de AcI complementando uma oração principal passiva.

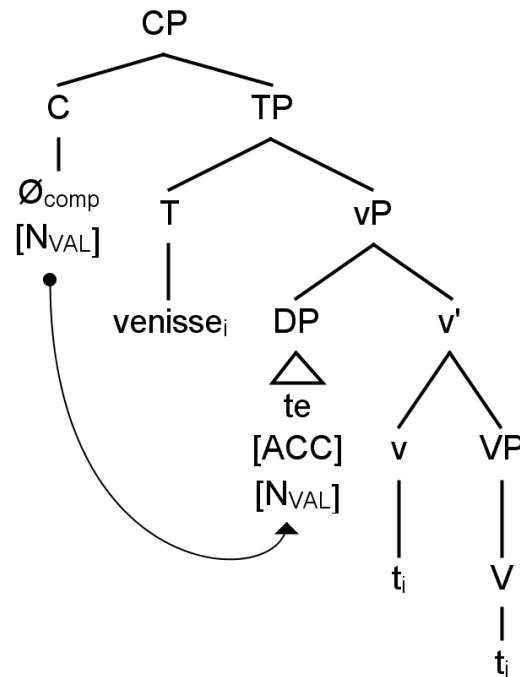
53)

- a. Dici-tur te ven-isse
 Dizer[PRES.IND]-PSV.3SG 2S.ACC vir[PRES.IND]-INF
 É dito que você vem
- b. Tu dic-eris ven-isse
 2SG.NOM dizer[PRES.IND]-PSV.2SG vir[PRES.IND]-INF
 Você é dito vir

(GLEASON, 2016, p. 2)

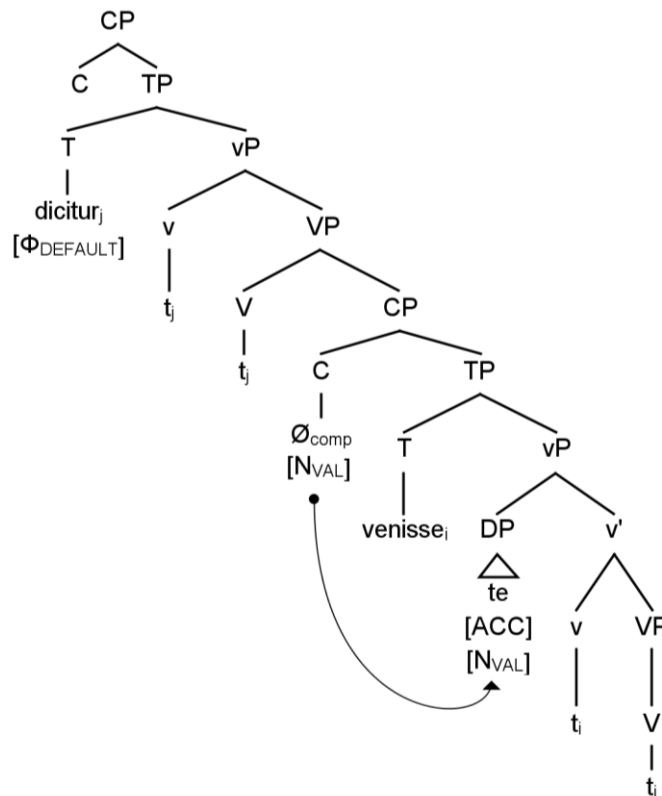
As sentenças em (53) exemplificam a distinção entre uma passiva + AcI (53a) e uma NcI (53b). Entende-se que a derivação sintática da oração infinitiva encaixada ocorre como esquematizado abaixo para (53a):

Figura 19 – Diagrama arbóreo de [CP *te venisse*]



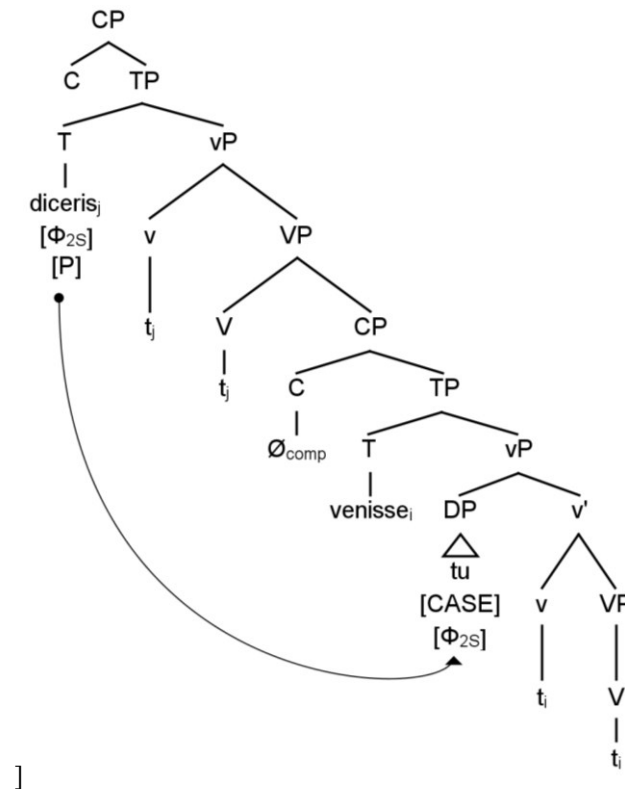
Fonte: Elaborada pelo autor

O diagrama arbóreo acima ilustra a estrutura interna da oração encaixada “*te venisse*” de (53a). Como indicado, assim como em (52) e sua derivação, C nulo atribui acusativo ao DP sujeito encaixado. A fase vP envia seu complemento para *spell-out*, mas o mesmo não ocorre com o complemento de TP, uma vez que este é defectivo e não constitui fase. De acordo com a proposta aqui aventada, a distinção entre as duas sentenças de (53) ocorre devido a um traço [+P] da oração principal. Uma oração passiva + AcI não apresenta tal traço, enquanto uma NcI apresenta. Abaixo indica-se a derivação da oração principal de (53a).

Figura 20 – Diagrama arbóreo de [CP *dicitur te venisse*]

Fonte: Elaborada pelo autor

Na derivação acima, referente a (53a), a oração permanece sem sujeito e assim o verbo principal se encontra na terceira pessoa do singular, opção considerada *default* pelos latinistas, indicando a ausência de sujeito. É preciso observar que há o posicionamento, entre estudiosos da língua, de que toda a oração encaixada seja sujeito da oração principal e que a marcação em terceira pessoa do singular seria reflexo disso – contudo, a fim de evitar comprometimentos teóricos não essenciais para a proposta aqui desenvolvida, opta-se por manter a derivação tal como é apresentada acima. Sem haver um sujeito a quem atribuir nominativo, a oração acima se mantém impessoal, sem sujeito marcado em nominativo. Essa derivação está completamente de acordo com a proposta de Cecchetto e Oniga (2002), sem ser necessária qualquer modificação ou proposta adicional. O mesmo não pode ser dito da derivação de (53b), abaixo:

Figura 21 – Diagrama arbóreo de [CP *diceris te venisse*] (intermediário)

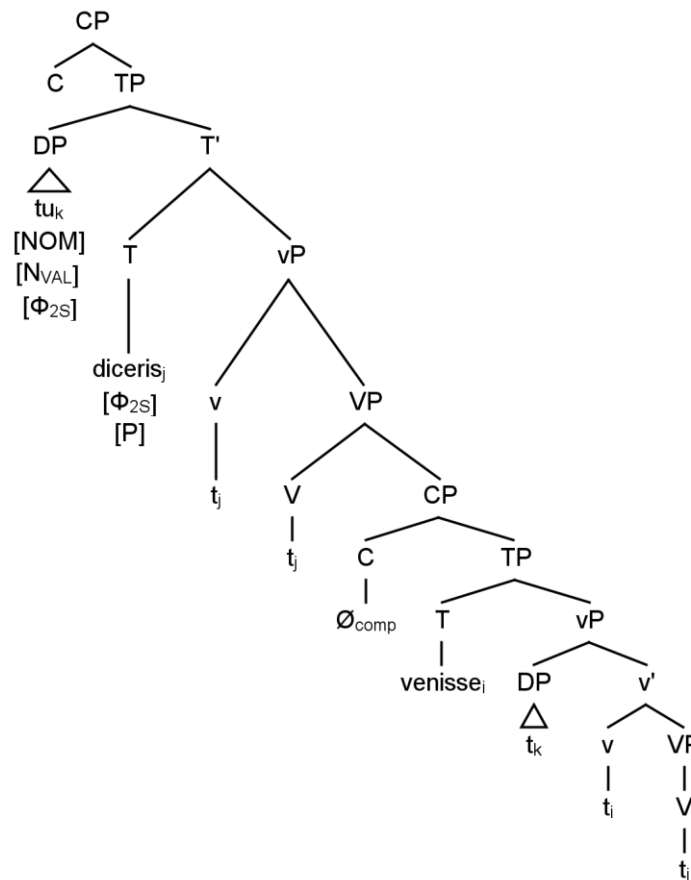
Fonte: Elaborada pelo autor

O diagrama acima ilustra a interação entre o verbo principal *diceris* (já em forma de segunda pessoa do singular, por facilidade explicativa) e o sujeito encaixado *te* que, em tal momento da derivação já deveria ter sido marcado com o caso acusativo por sua relação com o núcleo nulo de C encaixado. Neste ponto, é preciso justificar como poderia se dar que o sujeito encaixado esteja apto a ser marcado com caso nominativo. Para dar conta deste fenômeno, utiliza-se da proposta de Bruening (2001), que posterga a deleção de traços formais para o momento de *Spell-out* da fase – aqui se propõe expandir esta noção para postergar até o momento de *Spell-out* também as operações sintáticas, suplantando a noção do Princípio de Precocidade, mencionado em Chomsky (2001), de forma que operações como *Agree* não mais ocorrem, necessariamente, assim que um dado item é inserido na derivação. Desse modo, a relação entre C nulo e o sujeito encaixado, responsável por valorar o traço de Caso do sujeito como acusativo, só ocorreria no primeiro momento de *Spell-out* da derivação; observa-se que T infinitivo, por ser defectivo, não constitui fase e que o núcleo v da oração principal, por ser passivo, também não constitui fase, de forma que o sujeito encaixado não tem seu traço de Caso valorado até o ponto em que T finito é inserido na derivação. Assume-

se aqui que o traço [P] forçaria a concordância do sujeito encaixado com o verbo principal, mesmo que o sujeito valore o traço [N_] de C.

Novamente, destaca-se que não há fases fortes separando o DP sujeito *tu* e o núcleo T finito, uma vez que o núcleo v da oração principal é passivo. O traço [P] em T representa a idiossincrasia da língua latina que força a oração a ter um sujeito marcado em nominativo. A razão pela qual T, motivado por [P], consegue estabelecer uma relação com o DP sujeito *te* deve-se ao fato de tal sintagma ainda estar ativo na derivação – como os traços, seguindo a proposta de Bruening (2001), só são deletados após o envio da estrutura para *spell-out* e não houve envio para os níveis de interface da parte da estrutura a qual DP pertence, os traços do DP ainda estão presentes. Como a condição para que itens da derivação estejam ativos para operações sintáticas é a presença de traços ininterpretáveis, valorados ou não, DP *tu*, devido a seu traço [CASE], é um alvo válido para a sonda de T. Considera-se que T sonde seu domínio de c-comando através do traço [Φ], uma vez que uma diferença crucial entre (54a) e (54b) é a concordância do verbo com o sujeito nesta última. A sonda de T então encontra um alvo em DP *te* e entra em *Agree* com ele. Essa relação atribui novo valor ao traço de Caso do DP, atribuindo nominativo ao item nominal.

Figura 22 – Diagrama arbóreo de [CP tu diceris venisse]



Fonte: Elaborada pelo autor

Por fim, o diagrama acima ilustra o momento final da derivação. O sujeito encaixado é movido para a posição de especificador de T em observância à tendência de tal movimento nas línguas românicas, como o português – ao se assumir, seguindo Chomsky (2013, 2015) que a ordem de externalização não é necessariamente um reflexo da estrutura subjacente⁴⁴, tal movimento poderia ser ignorado sem perda para o resultado pretendido. Observa-se, ainda, que o traço [P] foi determinado como um traço de T mesmo com as observações anteriores sobre a potencialidade de tal traço ser desencadeado por motivos discursivos; a razão para tal tratamento está em observar que as consequências que [P] traz para a derivação estão ligadas a T e não a C: a marcação de nominativo e a concordância verbal. Por tais motivos, deduziu-se que [P] seja um traço de T.

A hipótese apresentada soluciona os problemas a que se propõe. A proposta não invalida ou altera aquela de Cecchetto e Oniga (2002), mantendo a uniformidade na

⁴⁴ “Externalization appears to be a secondary phenomenon, in large part a reflex of properties of the SM systems that are employed” (CHOMSKY, 2015, p. 3).

explicação dos demais contextos da AcI. Além disso, seguindo a sugestão de Castro (2014), um fator sintático-semântico é apontado como responsável pela dicotomia AcI/NcI. Pseudo-AcIs são excluídas da proposta, enquanto casos ambíguos são tratados da mesma forma que AcIs, quando pertinente. Desse modo, a alternativa de análise aqui aventada mantém a uniformidade categorial das AcIs, uma vez que todas, sem exceções, são encabeçadas por C nulo, bem como a uniformidade categorial das completivas oracionais, todas encabeçadas por alguma variedade de C.

Um problema que se impõe à aplicação da proposta de análise baseada na pessoalidade das passivas latinas é a natureza de tal traço. É preciso explorar quais são os impactos discursivos, sintáticos e semânticos de tal traço, a fim de categorizá-lo apropriadamente. Nesta dissertação, opta-se por tratar dessa propriedade como “pessoalidade” sem maiores questionamentos, contudo nota-se que, para corroborar a análise feita, é preciso investigar com maior profundidade o que, de fato, é tal traço. O trabalho de Gleason (2016), propõe que a alternância entre as passivas AcI *versus* NcI seja um reflexo de um fator externo, a mesma alternância no grego antigo, ocorrendo apenas após Cícero no latim, e de um fator interno, apontado como o desenvolvimento da voz passiva como uma categoria plena na língua. Tal fator interno é apontado como atribuindo às passivas a propriedade de manter ou quebrar a continuidade discursiva em respeito, por exemplo, ao sujeito. Dessa forma, a evolução da categoria das sentenças passivas em latim permitiu que a língua deixasse de licenciar apenas NcIs e passasse a licenciar AcIs em posição de sujeito da passiva. Essa proposta alinha-se à proposta de pessoalidade e, quando postas lado a lado, Gleason (2016) pode indicar qual o caráter do traço aqui chamado de “pessoalidade”. Contudo, as afirmações feitas neste parágrafo têm caráter hipotético, apenas indicando um caminho teórico para estudos futuros, mesmo que as propostas mencionadas pareçam ser complementares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, inserido tanto na tradição de estudos gramaticais do latim quanto na tradição de estudos gerativos, atinge os objetivos de apresentar, descrever e comentar a estrutura oracional completiva *accusativus cum infinitivo*, além de fazer o mesmo com propostas relevantes de análise linguística, com ênfase nas propostas gerativas. Consideram-se validadas as hipóteses deste trabalho: a) AcI deve ser considerada um CP, conforme argumentado na seção 3.2 e 3.4 deste trabalho; b) a atribuição de acusativo ao sujeito encaixado ocorre internamente à oração encaixada, por um núcleo do tipo C; c) as propostas ECM e *default* apresentam mais problemas internos à teoria do que a proposta de CP aventada por Cecchetto e Oniga (2002); d) não são averiguados traços semânticos do sujeito associados à marcação acusativa.

Em relação ao modelo metodológico aplicado para a captação de exemplos adequados para a realização do trabalho são destacados os seguintes pontos. Reconhece-se o argumento de Pillinger (1980) sobre a capacidade de estudiosos da língua de criar exemplos ou julgar a gramaticalidade de sentenças. Contudo, dois pontos contrários ao uso de exemplos em latim criados por autores modernos devem ser também observados. Em primeiro lugar, deve-se considerar que, por mais que um indivíduo estude a língua, em especial por se tratar de uma língua sem falantes nativos que possam realizar julgamentos de gramaticalidade, não é possível que seja alcançado um nível de fluência que corrobore de forma indubitável seus julgamentos de gramaticalidade. Além disso, quando se tratando de estudos gramaticais da língua, os autores selecionam exemplos que ilustrem propriedades específicas da língua ou que corroborem pontos teóricos feitos por eles, seja por qualidade argumentativa ou por falta de exemplos contrários – seguir os estudos tendo por base apenas os dados apresentados pelos autores que se estuda é, potencialmente, assumir uma base de dados enviesada.

De forma a combater os problemas mencionados, o uso de ferramentas de linguística computacional e de *corpus* foi imensamente útil. Considera-se que uma contribuição deste trabalho está em aplicar tais ferramentas e métodos, demonstrando que estudos linguísticos qualitativos de línguas consideradas mortas, como o latim, podem também se beneficiar de uma abordagem informada por *corpus* (McEnery e Hardie, 2011, p. 17).

No decorrer do estudo foram resumidas algumas propostas de análise das orações AcI, partindo de uma proposta tradicional e passando pelas tradições transformacional e minimalista. Diversos pontos e críticas são levantados ao longo da revisão de literatura,

explicitando a evolução da discussão teórica acerca dessa construção dentro dos estudos linguísticos do latim. Dadas as vantagens da proposta do complementizador nulo \emptyset_{comp} atribuidor de Caso acusativo de Cecchetto e Oniga (2002), esta é utilizada como ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova proposta, complementar, que consiga explicar a dicotomia entre AcIs e NcIs. Seguindo um caminho similar ao de Castro (2014), mas com diferenças teóricas relevantes, como a exclusão de pseudo-AcIs e o entendimento de que a variação na definitude do complexo C-T entre AcIs e pseudo-AcIs é reflexo de sua proximidade sintático-semântica ao verbo matriz, é proposto que o fator que diferencia AcIs de NcIs é um traço semântico-discursivo da passiva principal, aqui nomeado personalidade. Tal traço tem como efeito forçar uma relação de concordância entre o sujeito encaixado e o núcleo flexional do verbo matriz, marcando o sujeito encaixado em nominativo posteriormente à marcação por acusativo, dada nos moldes da proposta de Cecchetto e Oniga (2002). A proposta aparenta complementar de forma coerente o trabalho de Cecchetto e Oniga (2002), enquanto mantém a uniformidade categorial tanto das AcIs quanto das completivas oracionais latinas, todas encabeçadas por algum complementizador, morfofonologicamente expresso ou não.

Dadas as conclusões a que se foi possível chegar, é necessário também abordar os questionamentos que se mantêm ou que surgem neste estudo. As mudanças sofridas pelas passivas latinas aparentam ter grande importância para a análise da competição entre as passivas + AcI e as NcIs, que é um ponto, conforme indicado neste trabalho, importante para a análise linguística do fenômeno; entender como se deram tais mudanças, quais foram e em quais momentos da língua ocorreram aparenta ser um ponto crucial para entender plenamente a construção *accusativus cum infinitivo* e outros fenômenos associados. Além disso, é necessário identificar qual é o valor discursivo, semântico e/ou pragmático associado às NcIs, de forma a determinar de forma precisa o caráter do traço [+P] que aqui se trata por “personalidade”. Esses pontos, levantados neste parágrafo, devem servir como guias para estudos futuros sobre a construção, a fim de testar e validar as propostas até então levantadas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGER, David. **Core Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B. **O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa**. *In: Caleidoscópio*, v. 4, n. 3, p. 156-178, set/dez. 2006.

AMBAR, Manuela; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, Ángel. **Overtly/Non-Overtly Inflected Infinitives in Romance**. *In: The Blackwell Companion to Syntax*. New Jersey: Wiley – Blackwell.

BASSOLS DE CLIMENT, Mariano. **Sintaxis Latina I**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956a. Disponível em: <https://archive.org/details/SINTAXISLATINA1MARIANOBASSOLSDECLIMENT/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

BASSOLS DE CLIMENT, Mariano. **Sintaxis Latina II**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956b. <https://archive.org/details/SINTAXISLATINA2MARIANOBASSOLSDECLIMENT>. Acesso em: 13 jan. 2022

BOLKESTEIN, Alide Machtelt. **The Relation Between Form and Meaning of Latin Subordinate Clauses Governed by verba dicendi**. *Mnemosyne*, v. 29, f. 2, p. 155 - 175, 1976a.

BOLKESTEIN, Alide Machtelt. **The Relation Between Form and Meaning of Latin Subordinate Clauses Governed by verba dicendi**. *Mnemosyne*, v. 29, f. 3, p. 268 - 300, 1976b.

BOLKESTEIN, Alide Machtelt. **Subject-to-Object Raising in Latin?** *Lingua*, vol. 48, p. 15 - 34, 1979.

BRUENING, Benjamin. **Syntax at the Edge: Cross-Clausal Phenomena and the Syntax of Passamaquody**. Tese (Doutorado em Linguística). Massachusetts Institute of Technology. 2001

CASTRO, Jane. **A Complementação Oracional no Latim: a Estrutura ‘Accusativus cum Infinitivo’**. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, p. 158. 2014.

CECCHETTO, Carlo; ONIGA, Renato. **Consequences of the Analysis of Latin Infinitival Clauses for the Theory of Case and Control.** *Lingue e Linguaggio*, p. 151 - 189, 2002.

CHOMSKY, Noam (1965). **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge, MA: MIT Press.

CHOMSKY, Noam. **Derivation by Phase.** In: KENSTOWICZ, M. (ed.): *A life in language* (p. 1-52). Cambridge, MIT Press, 2001.

CHOMSKY, Noam. **On Phases.** Em: R. Freidin, C. P. Otero, & M. L. Zubizarreta (Eds.), *Foundational Issues in Linguistics Theory*, p. 133-166. Cambridge: MIT Press. 2008

CHOMSKY, Noam. **Problems of projection.** *Lingua*, v. 130, p. 33-49. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002438411200277X?via%3Dihub>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

CHOMSKY, Noam. **Problems of projection: Extensions.** In: DOMENICO, Elisa Di, HAMANN, Cornelia, MATTEINI, Simona. (ed.): *Structures, Strategies and Beyond: Studies in honor of Adriana Belletti.* John Benjamins Publishing Company, 2015. p. 1-16.

COMRIE, Bernard. **The Theoretical Significance of the Latin Accusative and Infinitive: a Reply to Pillinger.** *Journal of Linguistics*, vol. 17, ed. 2, p. 345 - 349, setembro, 1981.

CYRINO, Sonia. **On Complex Predicates in Brazilian Portuguese.** *Iberia*, vol 2.2, p. 1 - 21, 2010.

FILHO, Mathias. **Do acusativo com infinitivo latino ao nominativo com infinitivo português.** Tese de Doutorado em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2003.

FRAZIER, Melissa. **Default Case in OT Syntax.** Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/files/941-1207/941-FRAZIER-0-0.PDF>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

GLEASON, Sean. **Personal versus impersonal passive in Latin infinitival clauses: Some diachronic considerations.** *Pallas*, v. 102. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pallas/3751> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pallas.3751>. Acesso em 09 de abril de 2023.

HORNSTEIN, N., MARTINS, A. M. & NUNES, J. **Infinitival Complements of Perception and Causative Verbs: A Case Study on Agreement and Intervention Effects in English and European Portuguese.** *In*: Nina Kazanina, Utako Minai, Philip J. Monahan and Heather

L. Taylor (eds.). University of Maryland Working Papers in Linguistics 14. College Park, MD: UMWPil, 2006. p. 81-110.

LÍVIO, T. **Ab Vrbe Condita**. Tradução de WEISSENBORN, W.; MÜLLER, H. J. 1898. Disponível em: <http://data.perseus.org/texts/urn:cts:latinLit:phi0914.phi0011.perseus-lat1>. Acesso em: 19/04/2023.

MCENERY, T.; HARDIE, A. **Corpus Linguistics: Method, Theory and Practice**. In: Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 1-88.

PESETSKY, David. **Russian Case Morphology and the Syntactic Categories**. The MIT Press, 2013. 190 p.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. **The Syntax of Valuation and the Interpretability of Features**. In: S. Karimi, V. Samiiian, & W. K. Wilkins. **Phrasal and Clausal Architecture**. Amsterdam: John Benjamins, p. 262-294 2007.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. 2011. Case. in C. Boeckx, ed. **Handbook of Linguistic Minimalism**. Oxford: Oxford University Press, p. 52-72.

PILLINGER, O. S. **The Accusative and Infinitive in Latin: a Refractory Complement Clause**. *Journal of Linguistics*, v. 16, ed. 1, p. 55 - 83, 1980.

PINKSTER, Harm. 1995. **Sintaxis y semántica del latín**. Traducido de la versión inglesa de 1990 por E. Torrego y J. de la Villa. la ed. holandesa de 1984. Madrid: Ed. Clásicas.

RADFORD, Andrew. **An Introduction to English Sentence Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RADFORD, Andrew. **Phases**. In: **Minimalist syntax: exploring the structure of English**. Cambridge, United Kingdom, 2012. 502 p.

SCHOOF, Susanne. **An HPSG Account of Nonfinite Verbal Complements in Latin**. Tese (Doutorado em Letras). University of Groningen, Groningen. 2004. Disponível em: <https://research.rug.nl/en/publications/an-hpsg-account-of-nonfinite-verbal-complements-in-latin>. Acesso em: 09 de abril de 2023.

URA, Hiroyuki. **Case**. In: BALTIN, Mark (ed.); COLLINS, Chris (ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: Blackwell Publishers, p. 334-373, 2001.